

# MODOS DE VIDA DA BAIXADA SANTISTA

---



# O QUE ESSE MATERIAL ABORDA?

## APRESENTAÇÃO

### 1. MODOS DE VIDA

1.1 OS MODOS DE VIDA VINCULADOS À REGIÃO PORTUÁRIA

1.2 OS ARMAZÉNS DO VALONGO

1.3 O CAIÇARA

1.4 BANANEIROS DE ESTRADA

1.5 AS ESTRUTURAS CONSTRUTIVAS

### 2. BIBLIOGRAFIA

## APRESENTAÇÃO

Este material foi desenvolvido no âmbito do “Plano de Gestão do Patrimônio Cultural do Sistema Viário da Margem Direita do Porto de Santos, SP”.

O texto reflete a pesquisa realizada entre os anos de 2008 e 2014.

## 1. MODOS DE VIDA

A conceituação teórica das pesquisas está apoiada no tratamento de Paisagens Culturais, voltada para a análise dos processos e formas de apropriação do espaço ao longo do tempo. O entendimento dispensado ao que passaremos a chamar de “patrimônio paisagístico” necessita recuperar alguns elementos da conceituação de Cultura e de Patrimônio, pois é a luz da confluência entre estes dois conceitos que se esclarece e sustenta a definição de “paisagem”.

Emprega-se, aqui, a conceituação ampla de cultura como “forma de fazer”, expressão múltipla do estar no mundo, ocupar, transformar, valorar, significar, construída cotidianamente pelas pessoas e em eterna mutação. Como “patrimônio”, dentro da trajetória de construção e transformação do conceito, adotou-se aquilo que é herdado, que é transmitido através do tempo e valorado por cada geração, ainda que essa valoração seja absolutamente dinâmica.

Com isso temos outra dimensão da questão, a da paisagem. Paisagem é, a priori, um conceito que advém da dimensão cultural da existência. Alguns teóricos tendem a classificá-la como “espaços-marca” ou “espaços-matriz”, buscando encontrar nela características consolidadas, modelares, de espaços “intocados” – portanto “naturais” – e outros espaços “apropriados” – portanto “culturais”. Todavia, é a integração entre “natural” e “cultural” que, precisamente, estabelece a abordagem adotada neste projeto, superando em uma visão unificada essa dicotomia que, de uma perspectiva humanística, resulta tão frágil e insustentável.

O ato de olhar é, por si, tanto natural (por conta de suas características biológicas, fisiológicas etc.) quanto cultural, dada a diversidade sensorial permitida pela imensa variabilidade cognitiva promovida pelas culturas. Em suma: nem todos os seres humanos, vivendo num mesmo tempo, em lugares e culturas distintas, ou mesmo ao longo do tempo, veem da mesma forma, atentam para as mesmas coisas, percebem as mesmas nuances ou, até mesmo, as mesmas formas e cores.

Dentro desta esfera, de povos que habitaram um determinado território, compondo a paisagem cultural existem aquelas comunidades que estão ali presentes até hoje. Que seus modos de vidas e saberes tradicionais são marcos da história viva da nação brasileira. A memória pode ser individual ou coletiva. Registradas através de manifestações como festas tradicionais, e também saberes que passam de pais para filhos como estórias; lendas; o

cozinhar, a medicina popular, o construir, e fabricar utensílios, entre outros. Assim, o que se torna marco tangível na paisagem são as estruturas construtivas, objetos e utensílios, todos bens materiais vinculados as comunidades que por ali passaram.

## 1.1 OS MODOS DE VIDA VINCULADOS À REGIÃO PORTUÁRIA

A história do Porto de Santos, como já descrita acima, remonta aos primórdios da colonização com a fundação da Vila de São Vicente ainda no século XVI. Desde o início o estuário santista foi considerado um bom lugar para o atracamento de navios que traziam mercadorias e escoavam produtos agrícolas produzidos no planalto paulista. Assim como o porto de Santos outros portos foram montados ao longo do litoral paulista. Foi principalmente no século XIX, com a produção de café do oeste paulista, que o Porto de Santos ganhou projeção nacional. A necessidade de escoamento do café exigiu das autoridades medidas que modernizassem o sistema de embarque e desembarque de mercadorias. Até a última década do século XIX o transporte de mercadorias no Porto de Santos era feito pelos chamados trapiches. Originalmente, trapiche era a denominação do armazém que recebia as cargas, e não da ponte em si. Em frente desses armazéns construía-se “pontes, ou píeres, em madeira, pedra, ou estrutura metálica, que avançavam da terra até águas mais profundas, onde os navios atracavam”.

Não pretendemos descrever toda a história do porto, mas essa pequena introdução se faz necessária para entendermos as transformações ocorridas no porto de Santos após 1892, ano em que foram entregues os primeiros 260 metros do cais do “porto organizado de santos”, como ficou conhecido desde então. O contrato assinado em 12 de julho de 1888, por um grupo de empresários liderados por Cândido Gaffrée e Eduardo Guinle, previa:

As obras de melhoramento do porto de Santos, que constituem o objecto da concessão feita pelo presente Decreto a José Pinto de Oliveira, Candido Gaffrée, Eduardo P. Guinle, João Gomes Ribeiro de Avellar, Dr. Alfredo Camillo Valdetaro, Benedicto Antonio da Silva e Ribeiro, Barros & Braga, são as que constam do plano e relatórios confeccionados pelo Engenheiro Domingos Sergio de Sabóia e Silva, compreendendo um caes e aterro entre o extremo da ponte velha da Estrada de Ferro e a rua Braz Cubas, o estabelecimento de uma via férrea dupla de um metro e sessenta centímetros (1m.60) de bitola para o (serviço dos guindastes e vagões de carga e a construcção dos armazéns precisos para a guarda de mercadorias.

As referidas obras serão executadas de accôrdo com os estudos alludidos apresentados ao Ministério dos Negócios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas em datas de dez de Julho e nove de Outubro de mil oitocentos e oitenta e seis e com as seguintes modificações que os concessionários obrigam-se a effectuar (...)

1ª — Ao longo do caes será reservada uma faixa de 20 metros de largura para deposito de mercadorias durante as operações de carga e descarga;

2ª — Serão construídos telheiros ou galpões para abrigo provisório das mercadorias durante aquelas operações;

3ª — Em vez de guindastes a vapor indicados no projecto, serão estabelecidos aparelhos hydraidicos do systema Armstrong.

§ 1º — O systema de fundações adoptado poderá ser substituído sem augmento do custo das obras por outro que offereça iguaes garantias de estabilidade e duração, se o Governo nisso convier, concedendo para esse fim a precisa autorização.<sup>4</sup>



*Figura 1 - Porto em Santos. Benedito Calixto<sup>1</sup>*



*Figura 2 - Cais do Porto em 1880. Marc Ferrez<sup>2</sup>*



*Figura 3 - Porto de Santos em 1890. Benedito Calixto<sup>3</sup>*

<sup>1</sup> Disponível em: <http://www.novomilenio.inf.br/santos/calixt61.htm> (acesso em 28/02/2014)

<sup>2</sup> Disponível em: <http://www.avilainglesa.com/spr.html> (acesso em 28/02/2014)

<sup>3</sup> Disponível em: <http://www.novomilenio.inf.br/santos/calixt61.htm> (acesso em 28/02/2014)

Assim, em 2 de fevereiro de 1892 os primeiros 260 metros de cais, que iam da Rua Brás Cubas ao extremo da antiga ponte da São Paulo Railway no Valongo, foram entregues. Em setembro do mesmo ano estava pronto o primeiro armazém do porto organizado de Santos sendo que o primeiro navio a atracar no porto foi o Nasmith da Companhia Lamport & Holt, de Liverpool. Hélio Lobo descreve que no dia 27 de Junho do ano seguinte a Companhia Docas de Santos fazia a ligação de seus trilhos com a São Paulo Railway, iniciando-se o serviço de tráfego no dia seguinte.<sup>5</sup> Podemos considerar portanto, que os Armazéns do Valongo são o marco zero do porto organizado de Santos.

De acordo com a obra *Santos e a Cia das Docas: 1904*<sup>6</sup>, reeditado em 2000, a primeira fase do porto organizado de Santos compreende o período de 1892 a 1898. Neste período foram construídos 2.220 metros de cais que iam do Armazém 1 (próximo ao Largo de Monte Alegre e da estação ferroviária do Valongo) até o Armazém 10. Podemos dividir este período em quatro fases.

A primeira, quando os primeiros 260 metros do cais foram entregues, em 1892, compreende a área de vai da Alfândega até a área do Arsenal (atual Armazém 4). A segunda refere-se à construção do primeiro armazém do porto, o Armazém 5 (situado ao lado da Alfândega e que atualmente não existe), entregue em setembro do mesmo ano. A terceira fase marca o prosseguimento das obras em direção à ponte trapiche da São Paulo Railway<sup>7</sup>, SPR, (nas proximidades da estação ferroviária), correspondendo aos cais dos Armazéns 4 ao 1.<sup>8</sup> Em meados de 1894, o cais já possuía cerca de mil metros, que iam da Alfândega até a altura da estação da SPR, cujos trilhos penetravam ao longo do cais. Numa quarta fase, de 1895 a 1898, construiu-se a faixa portuária que vai da Alfândega até o cais do Armazém 10, representando pouco menos de 2 mil metros.

Na imagem a seguir, de Benedito Calixto, podemos ver os Armazéns 5, 4, 3 e 2 do lado direito da Alfândega (em verde) e os Armazéns de 6 a 11 do lado esquerdo. Entre os armazéns 8 e 9 e 3 e 4 podemos ver duas chaminés das casas de força que geravam força para os guindastes do porto. O edifício da casa de força situada entre os armazéns 3 e 4, embora com algumas modificações, ainda existe.

<sup>4</sup> LOBO, Hélio. *Docas de Santos: Suas Origens, Lutas e Realizações* (1936). Rio de Janeiro: Tipografia do Jornal do Comércio, 1935, p. 17 (disponível em <https://archive.org/details/docasdesantossua1935lobo> acesso em 26/02/2014)

<sup>5</sup> Idem, pág. 30

<sup>6</sup> GIRAUD, Laire José (org). *Santos e a Cia das Docas – 1904*. Santos: Gráfica Guarani, 2000 (disponível em <http://www.novomilenio.inf.br/santos/fotos360f03.htm> acesso em 01/03/2014)

<sup>7</sup> Hélio Lobo destaca que as obras do porto ficaram atrasadas devido a impasses entre a Cia Docas do Porto e a São Paulo Railway sobre a posse do terreno onde estava instalada a ponte. Cf.: Hélio Lobo, op. Cit.

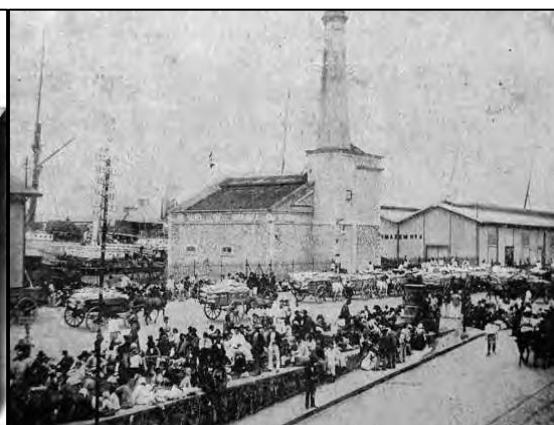
<sup>8</sup> GIRAUD, Laire José (org). *Santos e a Cia das Docas – 1904*. Santos: Gráfica Guarani, 2000 (disponível em <http://www.novomilenio.inf.br/santos/fotos360f03.htm> acesso em 01/03/2014)



*Figura 4 - Santos em 1910. Benedito Calixto<sup>9</sup>*



*Figura 5 - Casa de Máquinas  
Compressoras possivelmente situada  
entre os armazéns 8 e 9. 1904<sup>10</sup>*



*Figura 6 - Casa de Máquinas  
compressoras entre os armazéns 3 e 4<sup>11</sup>*

<sup>9</sup> Disponível em: [http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/c/c4/Santos\\_em\\_1910.jpg](http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/c/c4/Santos_em_1910.jpg) (acesso em 28/02/2014)





*Figura 7 - Aspecto atual da casa de máquinas compressoras existente entre os armazéns 3 e 4*

Na Planta 1, de 1878, representada logo abaixo, podemos localizar a região da Alfândega, do Arsenal, da Estação da São Paulo Railway e o que acreditamos ser a ponte trapiche da SPR, circulada em vermelho. Na Planta 2, de 1903, podemos observar os 12 primeiros armazéns construídos ao longo do cais (circulados em vermelho) e o projeto de expansão do porto (em vermelho) em direção a Outeirinhos.

<sup>10</sup> GIRAUD, Laire José (org). Santos e a Cia das Docas – 1904. Santos: Gráfica Guarani, 2000

<sup>11</sup> Disponível em <http://www.novomilenio.inf.br/santos/fotos074.htm>

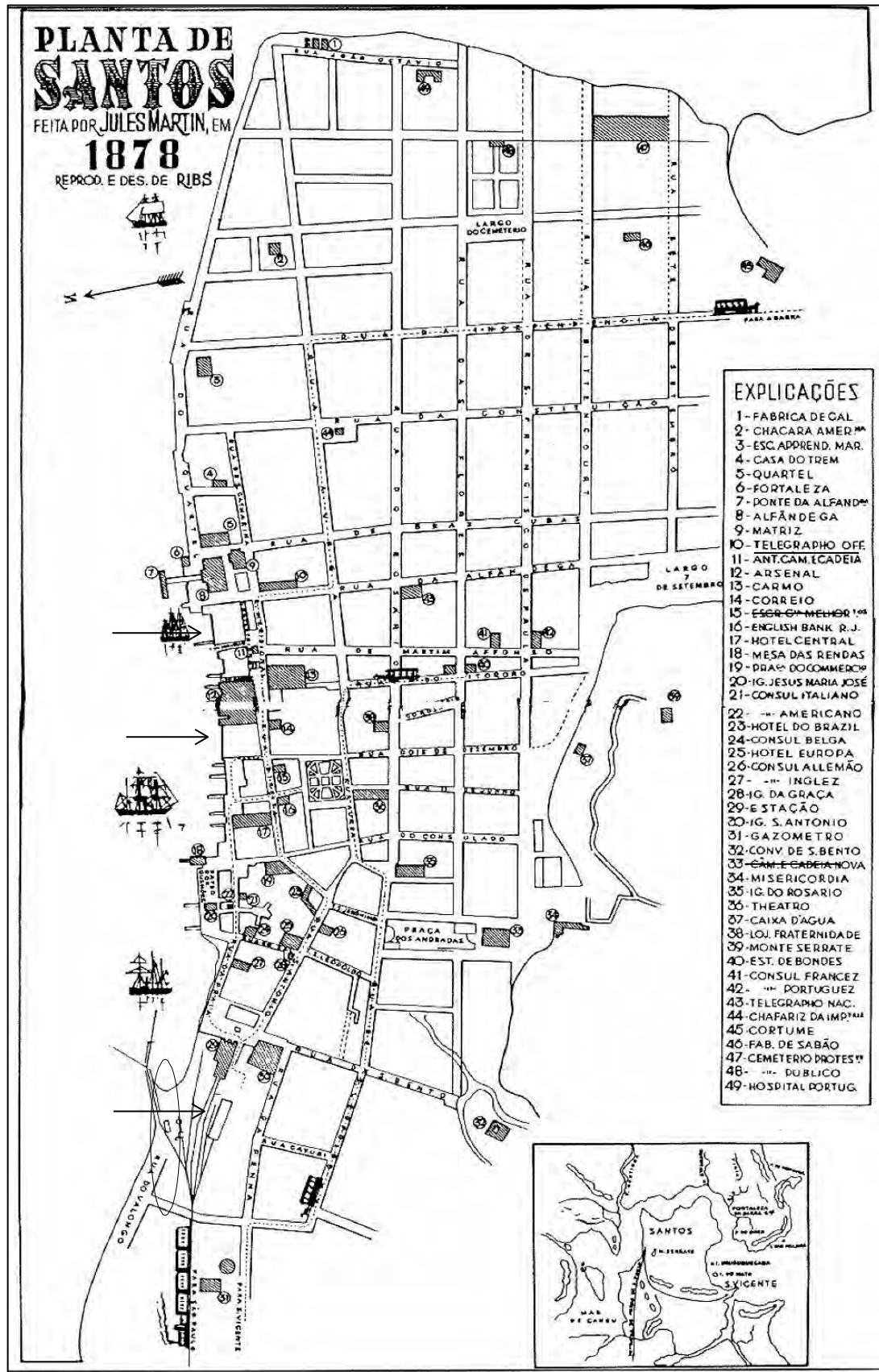


Figura 8 – Planta de Santos. 1878<sup>12</sup>

<sup>12</sup> Disponível em <http://www.novomilenio.inf.br/santos/mapa08.htm> (acesso em 28/02/2014)

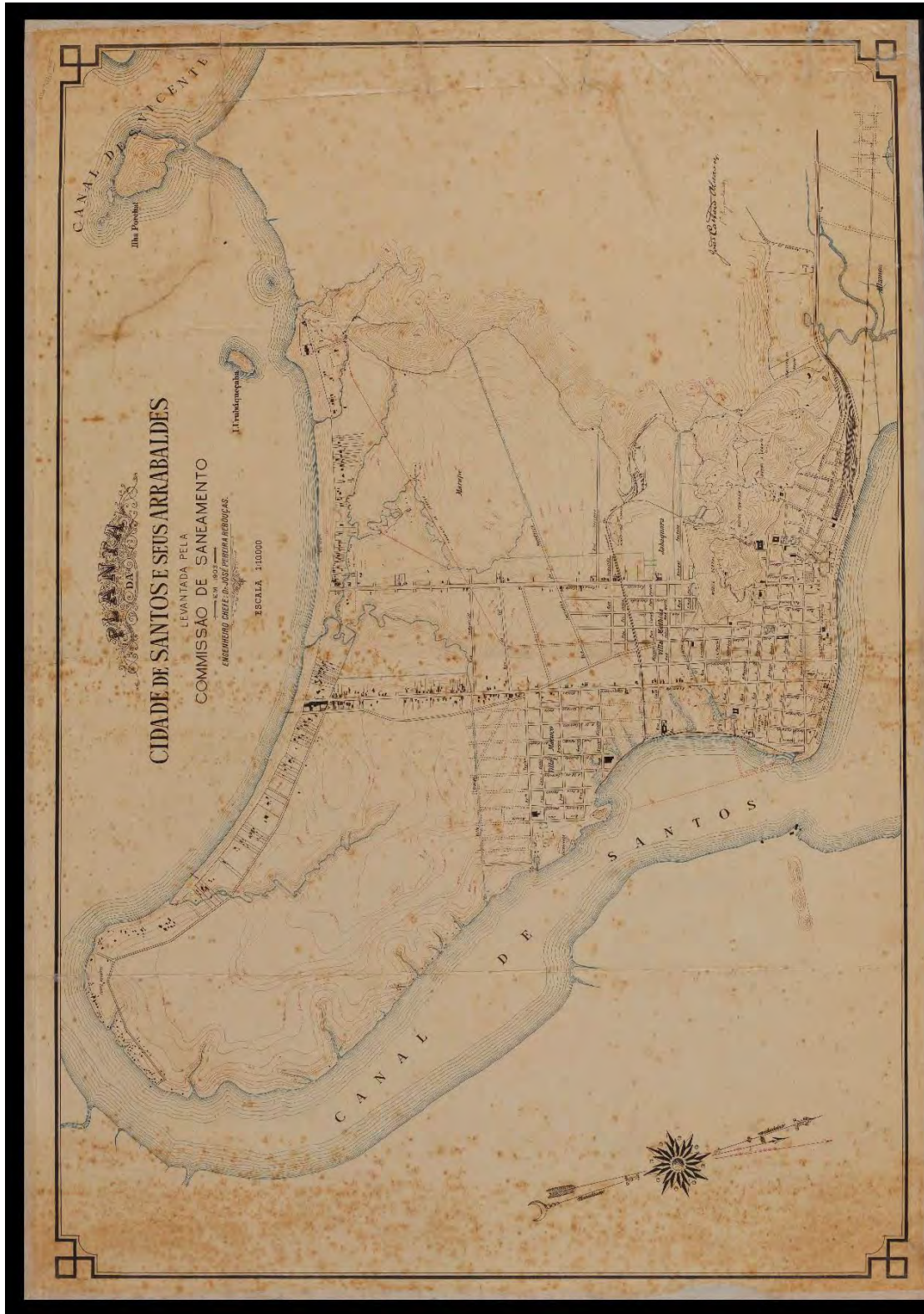
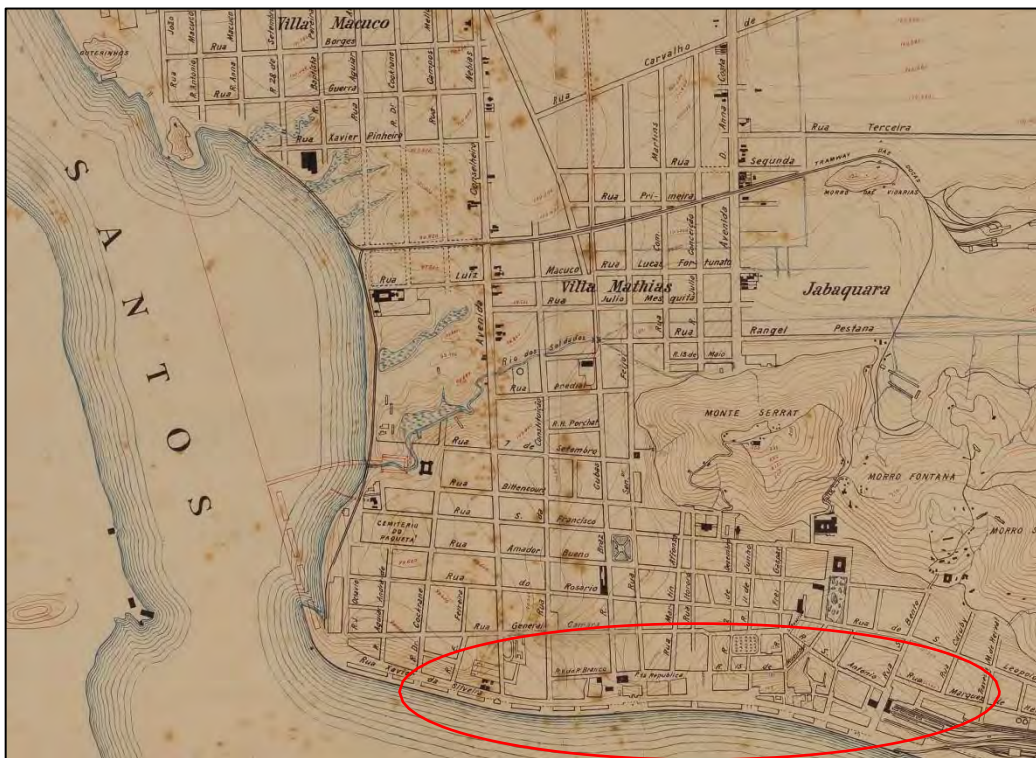


Figura 9 - Planta da cidade de Santos e seus arredores. 1903. Arquivo Público do Estado de São Paulo.



**Figura 10** - Detalhe da Planda da cidade de Santos e seus arredores. 1903.

Arquivo Público do Estado de São Paulo.

Em publicação de maio de 1929 a Revista Ilustração Brasileira descreve o cais do porto como tendo 25 armazéns “de tamanho e largura variáveis, desde 75 metros de comprimento por 20 de largura, até 150 metros de comprimento por 30 de largura (...) dotados de pontes rolantes de 1t.5 de capacidade”. A revista ressalta ainda que “há na fachada do cais um armazém de bagagem, com adaptação para servir de estação de passageiros e um frigorífico com capacidade para receber trinta mil e sessenta toneladas de carne, frutas, peixe, etc.”<sup>13</sup> Sobre os armazéns externos, a mesma revista que o porto tem “19 armazéns externos eguaes, medindo 230 metros de comprimento por 40 de largura e um pateo para deposito de grandes volumes, dotado com guindaste de 30 tons. de capacidade e linhas férreas na extensão de 1 kilometro”.<sup>14</sup> Na planta 3, de 1924, podemos ver esses armazéns citados pela revista.

<sup>13</sup> Revista Ilustração Brasileira. Rio de Janeiro: O Malho. Ano 10, nº 105, maio de 1929 (disponível em [www.bndigital.bn.br](http://www.bndigital.bn.br) acesso em 26/02/2014)

<sup>14</sup> Revista Ilustração Brasileira. Rio de Janeiro: O Malho. Ano 10, nº 105, maio de 1929 (disponível em [www.bndigital.bn.br](http://www.bndigital.bn.br) acesso em 26/02/2014)



**Figura 11** - Ponte rolante existente no Armazém 4

Segundo Carlos Alberto Piffer funcionário da Companhia Docas de Santos e posteriormente da Codesp, de 1958 a 1983, originalmente os armazéns do Valongo continham três corpos. Com o tempo esse terceiro corpo foi demolido possivelmente para alargamento da área destinada à linha férrea. Além desses armazéns, no Valongo também existiam outros dois armazéns externos construídos entre 1896 e 1900. Um deles ainda existe (somente as paredes). Sr Carlos destaca que a finalidade dos armazéns “era receber as mercadorias, protegê-las contra intempéries e garantir sua integridade”.

Os armazéns internos, também chamados de armazéns de primeira linha, como os armazéns de número 1, 2, 3 e 4 ficavam junto ao cais e, no início, eram destinados à importação. Os armazéns externos, chamados de armazéns de segunda linha eram destinados para exportação. Sr Carlos destaca que em determinado momento da história do porto, os armazéns de 1 a 10 também foram usados para navegação de cabotagem, ou seja, para o transporte marítimo entre as regiões do Brasil.

No início, diversos tipos de mercadorias que chegavam ao porto ocupavam o mesmo armazém. Mas com o tempo e devido a grande diversificação, as mercadorias passaram a ser armazenadas em locais distintos. As mercadorias consideradas perigosas já não ficavam mais com as normais. Foram criados armazéns de retaguarda (de segunda linha) para tóxicos, inflamáveis, fumo, tecelagem, produtos químicos, etc. Mercadoria de grande porte ou mercadorias que chegavam em grandes partidas, como fardos de papel, eram levadas para armazéns de importação de retaguarda, para não lotarem os armazéns de primeira linha. Por volta de 1929, o porto havia construído armazéns especiais na Alemôa para inflamáveis, corrosivos e explosivos. Para armazenagem de óleo combustível

construíram 4 grandes tanques com capacidade de 9.000 toneladas cada um, junto ao Vallongo. Os armazéns internos, alguns armazéns externos, os armazéns especiais na Alemôa e os tanques para combustíveis no Valongo podem ser visto na Planta 3, organizada pela Diretoria de Obras e Viação da prefeitura de Santos em 1924.

No início do porto organizado todo o transporte de mercadorias entre os armazéns e os navios era braçal ou com tração animal. Posteriormente passou-se a utilizar caminhões e o transporte ferroviário para interligar a faixa do cais aos armazéns de primeira e segunda linha. O porto em seu início não usava guindastes. Dependendo do navio e do tipo de carga eram usados os chamados paus-de-carga, uma espécie de guincho rudimentar instalado no próprio navio. Este guincho que transportava as cargas mais pesadas era encontrado nos navios a vapor. Sr Carlos relata que os primeiros navios que chegaram ao porto de Santos eram navios mistos, movidos a vapor e à vela. Segundo ele, durante muito tempo o porto de Santos trabalhou com pau-de-carga e guindastes de terra. Sr. Carlos ressalta que existiam duas correntes mundiais que defendiam o uso de cada equipamento. A corrente americana era partidária do pau-de-carga e a corrente europeia do guindaste.

Ele destaca que a faixa de cais que ia do armazém 1 até o 27 era dotada de guindastes de várias capacidades (3, 5 ou 6 toneladas) e na faixa mais moderna, do armazém 29 em diante, no cais do Macucu, utilizava-se paus-de-carga. Tanto nos guindastes quanto nos paus-de-carga utilizava-se os chamados aparelhos de estiva para içar as mercadorias. Para cada mercadoria utilizava-se um tipo diferente de aparelho. Entre eles temos: a rede, a linga, o jigo, o estrado, o cancho, a patóla, entre outros. Esse sistema de carregamento de mercadorias se manteve até o advento do container. Após a introdução do container, por volta da década de 1960, tudo mudou radicalmente. Este sistema implantou-se definitivamente na década de 1980.



*Figura 12 - Cais do Porto de Santos. Marc Ferrez. Nesta foto aparecem os guindastes localizados no cais, os armazéns 3 e 4 e a casa de força entre eles.<sup>19</sup>*

<sup>19</sup> Disponível em <http://www.novomilenio.inf.br/santos/fotos151.htm>



*Figura 13 - Trecho da faixa do cais destinado aos navios de cabotagem, servido por guindastes elétricos de 1,5 toneladas. Estes armazéns tem a mesma tipologia dos armazéns 1, 2, 3 e 4.<sup>15</sup>*

Depois de descarregadas, as mercadorias eram separadas diretamente na faixa do cais e posteriormente levadas para os armazéns. Sr Carlos destaca que várias empresas e funcionários trabalhavam conjuntamente neste processo. À bordo atuavam funcionários do navio e da agência de navegação. Em terra, de responsabilidade do Porto, atuavam os funcionários do Porto e alguns trabalhadores autônomos como os consertadores, responsáveis por consertar as embalagens das mercadorias avariadas.

<sup>15</sup> Companhia Docas de Santos. Santos e o porto, em 1957. Magazin das Nações - Editora & Publicidade Roman Ltda: Santos, 1957 (disponível em <http://www.novomilenio.inf.br/santos/fotos253.htm>)





Figura 14 - Planta de Santos. 1924. Arquivo Público do Estado de São Paulo.

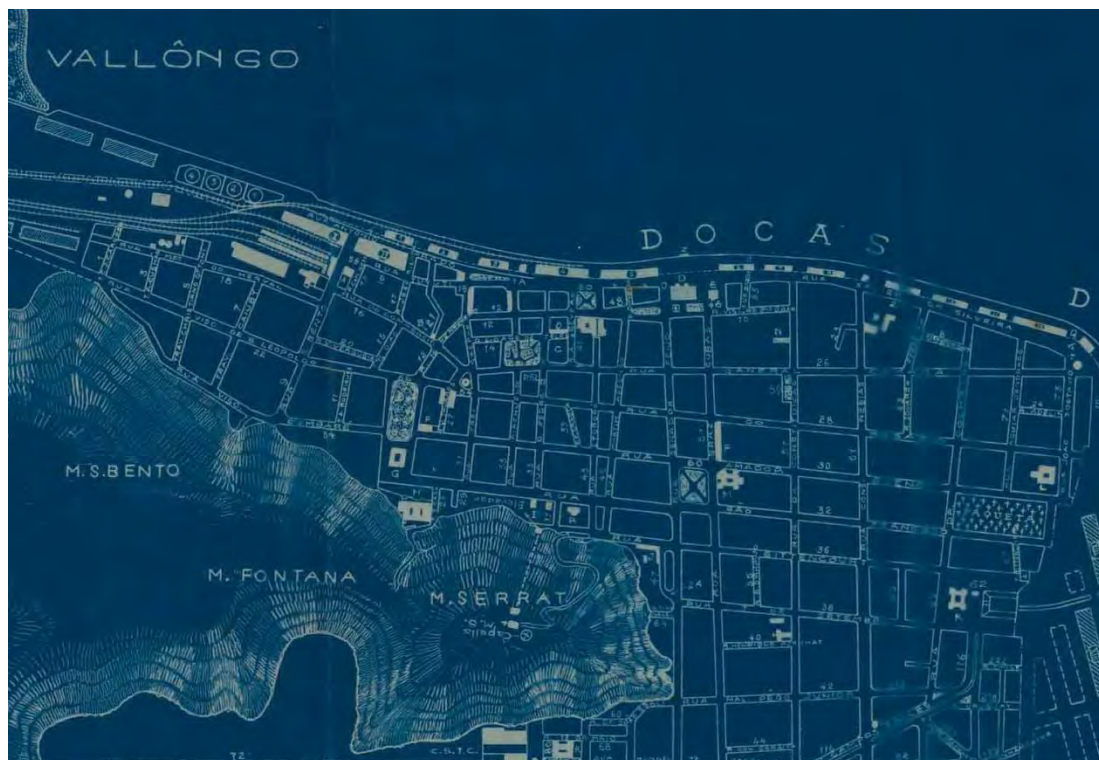
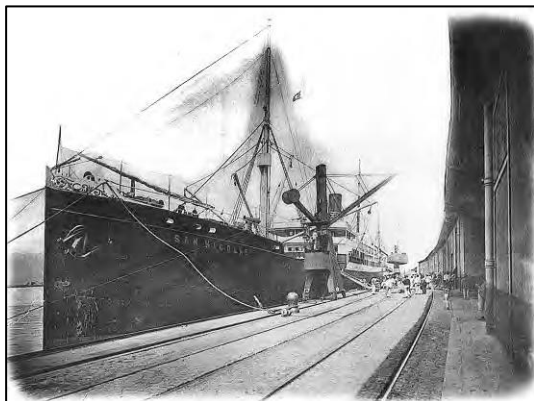


Figura 15 - Planta de Santos. 1924. Arquivo Público do Estado de São Paulo.

Entre os funcionários da agência de navegação destacamos o conferente, conferente-mestre, conferentes de porão (um para cada) e o pessoal de bordo, como vigia de bordo e contramestre de estiva. Entre os funcionários do Porto, considerando um navio com três porões de descarga, temos: um encarregado de navio e um ajudante de encarregado para todo o navio. Para cada porão temos um terno (a composição variava dependendo do tipo de mercadoria, mas o terno padrão era de 8 homens), um feitor e um anotador para fazer a contabilidade da carga que saía. Essa contabilidade tinha que ser igual à do armazém que recebeu a carga. O controle de mercadorias era feito no cais pelo anotador e no armazém pelos funcionários do armazém, também de responsabilidade do Porto. A agência do navio que entregava a mercadoria também tinha seus conferentes. No final de todo o processo, as três conferências tinham que coincidir. Sr. Carlos destaca que o Porto só trabalhava em terra. Outras categorias que não pertencia ao Porto, mas que trabalhavam no processo eram os consertadores, como vimos acima. O porto não recebia mercadorias com embalagens danificadas, por isso as mercadorias avariadas eram consertadas e anotadas para que o armazém não arcasse com possíveis prejuízos. Sr Carlos destaca que existia um sindicato dos consertadores que atuavam no porto.

A maneira de se transportar as mercadorias do cais até os navios, ou vice-versa passou da força braçal, para a mecânica, como o uso do Pau-de-carga, de Guindastes hidráulicos e posteriormente, guindastes elétricos. Como vimos, os paus-de-carga estavam situados no próprio navio. Os guindastes situados em terra, na faixa do cais, inicialmente eram movidos por força hidráulica. Segundo o Sr Carlos a força para estes guindastes vinham de duas casas de força que eram ligadas aos guindastes por linhas de encanamentos subterrâneos. Estas casas eram construídas em pedra e continham caldeiras que geravam a força necessária para movimentar os guindastes. Estas estruturas, embora danificadas, ainda existem. Segundo o Sr. Carlos uma das casas estão situadas nas proximidades do armazém 9 e outra está mais adiante, próxima aos primeiros armazéns. Acreditamos que a estrutura entre o armazém 3 e 4 seja esta casa (verificar ilustrações 5, 6 e 7). Posteriormente os guindastes hidráulicos foram substituídos por guindastes elétricos.

Segundo Sr. Carlos existiam armazéns construídos com várias técnicas como os armazéns em alvenaria e os armazéns com fechamento de paredes com folhas zincadas verticais. Ele destaca que Doca de Santos foi uma companhia muito dinâmica e que acompanhava as tendências mundiais. Por isso é fácil encontrar vários tipos de armazéns ao longo do porto. Ele destaca também que os armazéns tinham 3 corpos. Um deles foi cortado posteriormente.



*Figura 16 - Vista do Cais com armazéns com estrutura de ferro e paredes de folhas de zinco. 1904<sup>16</sup>*



*Figura 17 – Armazéns em alvenaria com a mesma tipologia dos armazéns 1, 2, 3 e 417*

O Sr. Carlos também comentou sobre a transformação da paisagem ao longo do porto. Segundo ele, o local onde hoje se encontram os armazéns eram margem de rio. O porto desenvolveu-se ao longo desta margem que também passou a ser ocupada por empresas ligadas ao porto, como empresas de transporte, de beneficiamento de alimentos, de mercadorias, de armazenamento, etc. A cidade cresceu em direção ao porto. Muitas empresas passaram a construir seus armazéns e moinhos nas proximidades do porto. Sr Carlos ressalta que o porto desenvolveu-se estreito e longo, uma característica da época. Somente com o terminal de containers é que se exigiu uma faixa de cais e uma área de retaguarda mais ampla.

O principal produto de exportação do porto foi o café. Segundo o Sr. Carlos foi o café. Entre os produtos importados, o Sr. Carlos relata que todo tipo de material chegava pelo porto, tecidos, telhas para casas, postos elétricos, carros etc.

<sup>16</sup> GIRAUD, Laire José (org). Santos e a Cia das Docas – 1904. Santos: Gráfica Guarani, 2000

<sup>17</sup> Companhia Docas de Santos. Santos e o porto, em 1957. Magazin das Nações - Editora & Publicidade Roman Ltda: Santos, 1957 (disponível em <http://www.novomilenio.inf.br/santos/fotos253.htm>)



Figura 18 – Mapas de Pontos de entrevista da Comunidade envolvida Portuária.

## 1.2 OS ARMAZÉNS DO VALONGO

Como vimos, os armazéns do Valongo foram o marco zero do porto organizado de Santos. O cais, construído a partir da Alfândega em direção ao Valongo, teve como primeiro armazém o Armazém 5 que atualmente já não existe. Posteriormente foram construídos os Armazéns 4, 3, 2 e 1.<sup>18</sup> Atualmente estes armazéns encontram-se protegidos através do Programa de Revitalização e Desenvolvimento da Região Central Histórica de Santos, denominado Alegria Centro<sup>19</sup>. Segundo o Decreto 5.436, 12 de novembro de 2009 que atribui níveis de proteção aos imóveis situados nas áreas de proteção cultural, estes imóveis se enquadram no nível de proteção nº 2 que prevê “proteção parcial, atinge os imóveis a serem preservados parcialmente, incluindo apenas as fachadas, a volumetria e o telhado”<sup>20</sup>

Eles estão a poucos metros do mar formando uma estreita facha contínua. Com acesso pela via perimetral Rua Antônio Prado e Rua Xavier da Silveira, estão paralelos a estrada de ferro. Além de pertencerem Programa Alegria Centro, como vimos, são cercados por algumas edificações tombadas como: o casarão do Valongo, Igreja de Santo Antônio do Valongo, Bolsa Oficial do Café, Casa de Frontaria Azulejada, Edifício do Antigo Banco do Comercio, Igreja da Ordem Primeira e Terceira do Carmo e Monumento de Brás Cubas, dando ênfase à sua importância como patrimônio cultural da cidade.

Cada galpão tem planta retangular com pé direito duplo e são separados por pequenos nichos, porém sem acesso direto entre si, constituídos por uma cobertura em telhas cerâmicas. Especialmente entre o armazém III e IV, existe uma edificação (a casa de máquinas) construída com pedras de formas diversas encaixando-se entre si, com janelas e portas de formato semi-ovaladas e esquadrias metálicas, uma cobertura que hoje é inexistente de duas águas, e na parte posterior do edifício há um corpo retangular que provavelmente fora uma chaminé.

O sistema estrutural dos armazéns é metálico, sendo aparente apenas nas elevações frontais ao cais. Com vedação em alvenaria e finalizados com argamassa e tinta, as fachadas

<sup>23</sup> GIRAUD, Laire Joé (org). Santos e a Cia das Docas – 1904. Santos: Gráfica Guarani, 2000 (disponível em <http://www.novomilenio.inf.br/santos/fotos360f03.htm> acesso em 01/03/2014)

<sup>19</sup>

Cf.: Lei complementar nº 470 de 05 de fevereiro de 2003; lei complementar nº 470 de 05 de fevereiro de 2003; lei complementar nº 640 de 18 de novembro de 2008.

de nº 526 de 17 de

<sup>20</sup> Câmara Municipal de Santos. Lei complementar nº 470 de 05 de fevereiro de 2003

têm janelas e portas também metálicas que em cada galpão formam um ritmo entre si, porem em cada corpo com sua formatação. Os forros são constituídos por tabuas de madeira e as coberturas de duas águas em cerâmica, que são sustentadas por tesouras em madeira e vigas metálicas.

Prancha 1 - Os Armazéns do Valongo



Armazéns I, II, III e IV à poucos metros do mar formando uma estreita facha contínua.  
(fonte: googlemaps)

Vista interna da ligação entre os galpões II e III, com a cobertura em cerâmica e forro em madeira.  
(Foto: Arquivo Documento)



O armazém IV (a esquerda), ao centro a fachada frontal da edificação em pedras e a direita o armazém III.  
(Foto: Arquivo Documento)

A fachada posterior do armazém IV (a direita), ao centro a fachada posterior da edificação em pedras e a esquerda a fachada posterior do armazém III.  
(Foto: Arquivo Documento)



Prancha 2 - Os Armazéns do Valongo



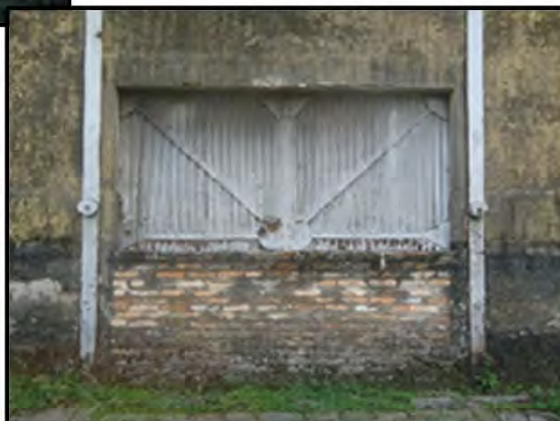
Armazéns I, II, III e IV à poucos metros do mar formando uma estreita facha contínua.  
(fonte: googlemaps)

Estrutura mista, em metálica e madeira, que da sustentação a cobertura em cerâmica e forro em madeira.  
(Foto: Arquivo Documento)



Fachada posterior do armazém III, mostrando o jogo de cheios e vazios das janelas e portas.  
(Foto: Arquivo Documento)

Fachada evidenciando a vedação dos armazéns em alvenaria e estrutura metálica aparente.

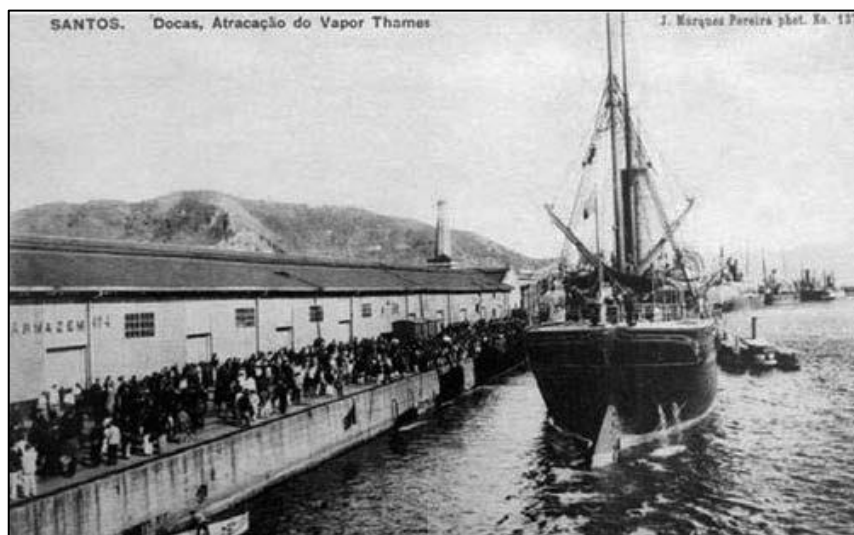




Abaixo seguem outras Imagens que representam o cenário de implantação dos armazéns no século XX, junto à paisagem cultural.



*Figura 19 - Vista do Caes da Alfândega. 1904.<sup>21</sup>*



*Figura 20 - Vista do Armazém 4*

<sup>21</sup> GIRAUD, Laire José (org). Santos e a Cia das Docas – 1904. Santos: Gráfica Guarani, 2000 (disponível em: <http://www.novomilenio.inf.br/santos/fotos360f00.htm> acesso em 28/02/2014)



*Figura 21 - Interior de um armazém com estrutura metálica com paredes em folhas de zinco. 1904<sup>22</sup>*

<sup>22</sup> GIRAUD, Laire José (org). Santos e a Cia das Docas – 1904. Santos: Gráfica Guarani, 2000 (disponível em: <http://www.novomilenio.inf.br/santos/fotos360f00.htm> acesso em 28/02/2014)

### 1.3 O CAIÇARA

“Caiçara é palavra cuja origem tupi, kaai’sa, pode significar “cerca de ramos, fortificação para vedar o trânsito” foi amplamente usada para designar as paliçadas de proteção às tabas indígenas. Em diversas regiões a mesma palavra tem outros significados, todos relacionados com o uso de varas e cerca: “cercado de madeira feito à margem do rio ou igarapé; armadilha para apanhar peixes, feita com ramos de árvores postos dentro d’água (cerco); abrigo ou esconderijo onde fica emboscado o caçador; pescador praiano”<sup>23</sup>.

Caiçara é também aquele que usa a cerca de varas (no rio, na casa). Ser caiçara é também ser consciente de sua origem. “Os primeiros brasileiros surgiram da miscigenação genética e cultural do colonizador português com o indígena do litoral, ocorrida nas quatro primeiras décadas, a qual formou uma população de mamelucos que rapidamente se multiplicou (...) moldada, principalmente, pelo patrimônio milenar de adaptação à floresta tropical dos Tupi- Guarani ( ) gerando, posteriormente, um contingente mestiço de índios, brancos e negros, que viria a constituir o povo brasileiro”<sup>24</sup>. É dessa amálgama de raças que surge o caiçara, típico representante do litoral paulista, e cada pescador nativo se considera, orgulhosamente, seu digno representante.

Comunidades com este alto potencial cultural foram identificadas na área de pesquisa, dentre elas a de Monte Cabrão, mais descaracterizada pela transformação do território da baixada santista, prova disso são os registros documentados pela etapa de diagnóstico e os documentados nesta etapa, e a comunidade de Ilha Diana, uma das últimas colônias de pescadores da Baixada Santista<sup>25</sup>.

Repleta de braços de rio, a região do Estuário de Santos e São Vicente, seguindo até o Canal de Bertioga, constitui palco privilegiado para a pesca. Desde os largos do Canéu e Santa Rita, passando pelos rios Pedreira, Jurubatuba, Sandi e Diana e pelo Córrego das Neves até atingir o Canal de Bertioga, forma-se um complexo de águas propício para a pesca de peixes e crustáceos.

Segundo Nelson Celestino, de Monte Cabrão, conta que não existe uma hierarquia fixa entre as áreas de pesca. Devido à poluição das águas, por muito tempo os largos do Canéu e de Santa Rita foram preteridos pelos pescadores, visto que o pescado extraído de lá possuía

<sup>23</sup> Houaiss, 2000

<sup>24</sup> Ribeiro, 1987

<sup>25</sup> UNISANTA. Ilha Diana Suplemento Especial - Ano 1 - Edição 1 - novembro/2005

um valor de mercado mais baixo, situação que se modificou com a despoluição de parte do canal do Estuário de Santos. Ainda assim, o Canal de Santos tem menos oferta de peixe porque os navios passam por ali e assustam o pescado. Já o Canal de Bertioga, tido como altamente piscoso, vem sofrendo com a redução dos manguezais, o que faz com que pescadores da região busquem outros locais para a pesca. Além disso, algumas áreas são mais ou menos propícias para determinado tipo de peixe. No entorno da Ilha dos Bagres, por exemplo, é grande a incidência do peixe que dá nome à ilha, o que não ocorre com a mesma frequência em outras áreas. João Rodrigues Pereira Neves, morador de Ilha Diana, pesca no rio que empresta nome à Ilha, mas também o faz em outras áreas, dependendo da maré e época do ano. O cananeense Adail Rangel Fontes afirma que na região também circulam pescadores de São Vicente (Vila Margarida), Cubatão e Guarujá (Vila Itapema).

Por conta desses e outros motivos – tais como laços de parentesco, amizade e compromissos profissionais – pode-se dizer que a região estuarina de Santos e São Vicente é um espaço compartilhado por aqueles que ali pescam. Uma das implicações mais importantes desse constante trânsito de pescadores em áreas diferentes é o contato entre as comunidades que ali residem. Valdir Barreto, 76, pescador de Monte Cabrão, afirma que sempre que pode vai até a Ilha Diana, onde tem muitos amigos, observação repetida por Nelson Celestino. Em termos mais amplos, isso pode acarretar numa cumplicidade socioeconômica e cultural, formando um complexo, uma rede de sociabilidade, onde práticas e valores são compartilhados.

Mas a situação não é tão simples. Há muito tempo deixou de ser motivo de espanto o fato de que, em pleno século XXI, a área continental e o estuário santista continuam a abrigar comunidades de pescadores, a exemplo da Ilha Diana e da vila de Monte Cabrão, tornando-se inclusive um dos traços culturais mais significativos dessas sociedades. Menos discutida, no entanto, é a heterogeneidade daquilo que acabou por se convencionar como “comunidades de pescadores” e “modo tradicional de pesca”, de forma que não poucas vezes amalgamamos realidades díspares e generalizamos situações específicas. Assim, cabe notar que o tema “pesca tradicional” perde sua força quando tratado apenas como prática ou atividade econômica, uma vez que, na realidade, ela é um vetor cultural material e imaterial que congrega dimensões distintas como a relação com o espaço, os usos dos recursos naturais, a inserção na economia, a afirmação de um lugar social, a culinária, o lazer etc.

Um modo de exemplificar a pluralidade que cerca a questão da pesca é justamente analisar a relação que os pescadores detêm com o ato de pescar. Filho de pai paraibano e mãe santista, Marcos dos Santos Batista, 40, é pescador desde menino, ofício que aprendeu com a família. Da pesca Sr. Marcos complementa a alimentação e, da venda, extrai toda a renda familiar. Já Adail Rangel Fontes, 55, nascido em Cananéia e morador de Santos desde 1970, tornou-se pescador em definitivo depois dos 40 anos, quando passou a não conseguir mais emprego na construção civil e em marcenarias. Nelson Celestino, por sua vez, nasceu em Monte Cabrão e pescou por mais de vinte anos. Parou em virtude da “falta de peixe” e da baixa lucratividade da pesca, embora ainda possua barco e pesque de vez em quando por lazer e para consumo próprio. Há aqueles que, a exemplo de José Arlindo da Silva, residem na parte insular de Santos e pescam apenas em determinadas épocas do ano. Isso sem mencionar aqueles que ali pescam apenas por divertimento.

Prancha 3 – Registros das comunidades caiçaras de Ilha Diana e Monte Cabrão.



Biscardi levanta todos os dias por volta das 5 horas na esperança de voltar com o seu barco carregado de peixes  
Foto: Édison Baraçal, publicada com a matéria publicada em <http://www.novomilenio.inf.br/santos/h0232d.htm>

País tem cerca de 30 mil embarcações, sendo a maioria usada para a prática da pesca artesanal  
Foto: Édison Baraçal, publicada em <http://www.novomilenio.inf.br/santos/h0232d.htm>



Lugarejo entre as águas do canal de Bertioga e as encostas intocadas de um morro, o Monte Cabrão .  
F o n t e : <http://www.novomilenio.inf.br/santos/h0100b37.htm>

É pertinente frisar, também, que se por um lado a pesca garante parte da alimentação daqueles que vivem dela, por outro ela não assegura um nível de vida satisfatório para todos pescadores. O pescador de caranguejos Francisco B. da Silva, 49, ressalta que não quer que seus filhos entrem na pesca do caranguejo. Segundo ele, é uma profissão muito sofrida que nem sempre gera muitos recursos. Ele saliente que faz isso porque gosta. Segundo Adail Rangel Fontes, o problema não é a falta de peixe, mas sim a abundância de pescadores, o que aumenta a concorrência, reduz o valor do pescado e favorece aqueles que pescam em maior quantidade. Muitos pescadores reclamam da poluição das águas próximas ao Porto de Santos e do uso indiscriminado de armadilhas.

Mas não é apenas a relação profissional que difere aqueles que pescam. O próprio objeto da pesca muda entre os pescadores. Sr Marcos pesca peixe, camarão e caça caranguejo. Pescador residente nas proximidades de Monte Cabrão, Adalgido Bernardo dos Santos, 41, não pesca camarão porque afirma não possuir a infraestrutura material necessária para aquele fim. Ainda em Monte Cabrão, como o Sr. Francisco B dos Santos, há pessoas que sobrevivem apenas da captura de caranguejos.



Figura 22 – Mapas de Pontos de entrevista da Comunidade envolvida Caiçara.



## A pesca: características gerais

### Épocas para Pescar

A pesca desenvolvida na região do Estuário de Santos, São Vicente e do Canal de Bertioga conta com algumas particularidades. No verão, os peixes frequentemente pescados são a corvina, a corvina grande, a pescada amarela o bagre e o peixe-espada. No outono, o peixe mais abundante é o parati, ao passo que o inverno é época de tainha e robalo. Este é considerado pelos pescadores como o peixe mais valioso. Já o carapeba é um dos poucos peixes que pode ser pescado o ano todo. José Hélio Alves Santos diz que se pega mais peixe quando a maré está mais calma. Segundo ele, para acertar o local exato dos peixes, o pescador deve ter malícia e sorte. Os peixes que ficam no raso podem ser percebidos através do movimento das águas, mas para pescar os peixes de fundo é necessário um pouco sorte relata o pescador.

### Tipos de Barcos

Percorrendo a região das Ilhas Diana, Barnabé e dos Bagres, bem como Monte Cabrão e o Canal de Bertioga, é possível notar que a maior parte das embarcações utilizadas pelos pescadores é feita em alumínio e comprada em lojas de pesca. Segundo Nelson Celestino, ex-pescador profissional, até os anos 80 a maioria das embarcações eram canoas e caíques feitos em madeira. Os pescadores costumavam nomear as partes de uma canoa da seguinte forma: proa, parte frontal da embarcação; popa, parte traseira; calado, é a envergadura de uma canoa; panero, espécie de caixa de madeira que fica no fundo da canoa e que serve para guardar o pescado; tralha, corda utilizada para amarrar/atracar o barco.

Os remos eram imprescindíveis para a locomoção desses tipos de embarcação, e podiam ser do tipo “pá” e “parlamento”. O remo de voga ou de parlamento é uma peça de fabricação artesanal, que mede aproximadamente 3,50 m. Apoiados sobre peças de madeira, chamadas de toleteiras (ou mamadeiras) e que se encaixam verticalmente no bordo da canoa, podiam ser manejados por um ou dois companheiros. O remo de pá, também de fabricação artesanal, possui um cabo de madeira roliço e termina com uma parte espalmada, que serve para dar a direção da canoa, quase como um leme, além de fornecer a locomoção à canoa. Feitos em madeira comprada em armazéns, os remos levavam menos de uma semana para serem concluídos. As ferramentas mais utilizadas para modelar a madeira eram o enxó, o machado e a plaina.

Segundo o Sr. Nelson, uma primeira mudança significativa na estrutura dos barcos que navegam pelo estuário santista e vicentino foi a incorporação do motor a diesel, chamado de “motor de centro”, o qual era colocado no meio das embarcações. Anos depois o motor de centro passou a ser substituído pelo “de popa” – popularmente conhecido como “chata” –, movido à gasolina. O motor de popa é mais prático porque pode ser retirado do barco quando esse é atracado, evitando que o mesmo seja molhado por inteiro e até mesmo roubado. O pescador José Arlindo da Silva, conhecido como Sr. Miranda, possui um barco de madeira com motor de centro, movido à gasolina, que feito por um amigo. Segundo ele, este barco é ideal para entrar em lugares rasos e pantanosos, onde o motor de popa não entra. Sobre o tamanho do barco, José Hélio Alves Santos ressalta que seu barco é de alumínio tem 6 metros de comprimento por 1 metro de largura.

Prancha 4 – Embarcações.



Barco com motor de centro usado pelo Sr Miranda

Barco de Alumínio utilizado pelo pescador de caranguejos Francisco B. da Silva



A construção do barco de madeira em Monte Cabrão

É importante notar que, a despeito dessas alterações, ainda é possível ver na região barcos de madeira, especialmente na Ilha Diana. Adalgido Bernardo dos Santos, pescador que mora próximo a Monte Cabrão, ainda se locomove com barco a remo. Adail Rangel Fontes, que pesca na região do Largo de Santa Rita até a Bóia Verde e o Canal de Bertioiga, constrói os barcos em madeira compensada, adquirida em armazéns, para uso próprio e para companheiros de profissão. As ferramentas mais utilizadas para modelar a madeira são o enxó, o machado e a plaina.

### Modos de Pesca

Com relação aos modos de pesca praticados na região, três deles são mais difundidos: a pesca com tarrafa, a de arrasto e a de espera.

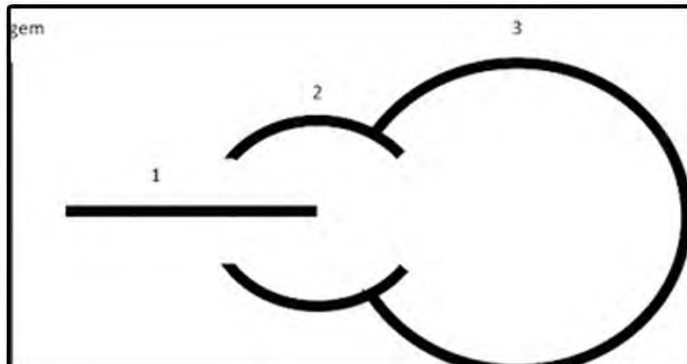
A tarrafa é uma rede que tem na base superior uma corda pendente a qual fica atada à mão do pescador quando este a atira, aberta, na água. Na base inferior, amarrados em forma de círculo, enfileiram-se pequenos pedaços de chumbo em distâncias mais ou menos iguais. Uma tarrafa mede por volta de 6 metros de altura por 10 a 40 de circunferência. Seu peso varia entre 6 e 8 quilos. A pesca de arrasto é feita por barcos que operam redes de arrasto, com cerca de 400 metros de comprimento, em alta velocidade.

Já a “pesca de espera” consiste em aguardar que os peixes ou crustáceos, movendo-se na água, atinjam o local de pesca, intitulado "espera", onde é armada uma rede fixa e que forma uma espécie de bolsão. Encurralados, os peixes não têm por onde escapar, ficando presos dentro da "espera".

Muitos pescadores confeccionam suas próprias redes, como é o caso de Marcos dos Santos Batista, entrevistado em 2010. O pescador leva de 3 a 4 semanas para confeccionar uma tarrafa, tempo que cai para 15 dias se a dedicação for mais intensa. Além disso, Sr. Marcos sublinha que os reparos em redes são constantes, principalmente na época da pesca do robalo, peixe que por vezes rasga a trama de nylon. Atualmente feitas em nylon, as redes foram durante muito tempo confeccionadas com linha de algodão. Mais resistentes que as de algodão, as redes de nylon resistem, quando reparadas devidamente, por volta de 10 anos. O Sr. Mauri Martins da Silva, da Ilha Diana, confeccionava suas próprias redes com linha de algodão. Segundo ele, uma rede para pescar tainha demorava em torno de um mês para ser confeccionada.

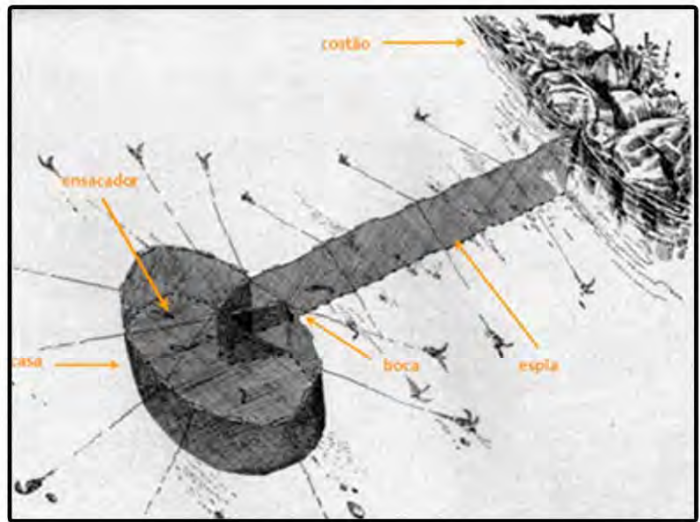
O Sr. Mauri, pescador da Ilha Diana de 79 anos nos diz que a pesca e o gosto pelo mar estão no sangue. Seu avô, grego, trabalhava como embarcadista (marinheiro) num navio à vela e depois de se aposentar passou a trabalhar na pesca assim como seus tios. Seu pai era marinheiro da Marinha do Brasil e, segundo ele, participou da Segunda Guerra Mundial. Com toda experiência no assunto ele relatou outras técnicas de pesca como o Cerco, a Estaqueada, a Pesca de Caniço, a Pesca de Espinhel e a Pesca de Lanço. Segundo ele, o Cerco é um tipo de armadilha fixa que usada para pescar todo tipo de peixe. É montado nas proximidades dos mangues. É feito com estacas de madeira e esteiras de bambu e é composto por três partes, como mostra a figura. A esteira da primeira parte mede 15 braças, a segunda mede 4 braças e a terceira 12 braças. Depois de seis meses essas esteiras são substituídas.

Prancha 5 – Os modos da Pesca.



Desenho desenvolvido conforme relatos de campo: “O Cerco é feito com estacas de madeira e esteiras de bambu e é composto por três partes, como mostra a figura. A esteira da primeira parte mede 15 braças, a segunda mede 4 braças e a terceira 12 braças”.

Desenho esquemático de um outro tipo de cerco, chamado de cerco-flutuante  
Em A pesca de cerco-flutuante na Ilha Anchieta, Ubatuba, São Paulo, Brasil. (acesso em 7/02/2014)



Detalhe do Cerco registrado em comunidade caiçara de Itanhaém, esta estrutura pode ser construída em bambu ou madeira.  
Foto de Fernando Caseiro em Cultura Caiçara, Resgate de um Povo.

Na Estaqueada, prende-se a rede em estacas próximas às margens do rio durante a maré baixa. Quando a maré sobe, os peixes ficam presos nela. As redes são colocadas na gamboa (riachos). A Pesca de Caniço consiste na pesca com uma vara feita com “bambu japonês”. Em sua ponta é amarrado um arame de aço que prende um anzol tipo fundo de agulha. A Pesca de Espinhel consiste numa linha, onde são presas varias linhas com anzol, que é solta conforme o barco segue em frente. A pesca de lanço consiste em amarrar uma ponta da rede no barco e, conforme ele avança, soltar a outra ponta na água. Quando a rede estiver quase toda dentro da água o pescador circula uma determinada área sempre seguindo em direção à ponta da rede solta na água. Segundo José Hélio Alves Santos, o pescador faz o lanço para cercar os peixes, como a sardinha e a tainha. Esta técnica também é usada para pescar o camarão.

Segundo os pescadores da região cada tipo de peixe tem uma rede com uma malha específica. As redes para pescar Parati e Sardinha têm malha de 7 centímetros; as redes de Tainha podem ter malha de 10 a 11 centímetros; e as redes para pescar Robalo podem ter malhas de 11 a 15 centímetros. No caso do Robalo a rede é deixada próxima à margem e depois de um tempo o pescador retorna para retirá-la.

Além de peixes, os pescadores da região pescam marisco (bico-de-ouro), ostra, caranguejo e camarão. Este, sobretudo o camarão-branco, constitui uma das principais fontes de renda dos pescadores, especialmente durante o verão, época em que a incidência do crustáceo aumenta. Segundo o Sr. Mauri Martins da Silva existem dois tipos de camarão, o de engodo e o de fundo. O primeiro fica mais no raso e é pescado durante a noite. O segundo fica mais no fundo e é pescado durante o dia.

Para esse tipo de pesca se utiliza o gerivá, rede em formato de funil que é puxada pelo pescador por uma corda, seja em cima do barco seja na beira do rio. Geralmente em pé ou sentado no barco, o pescador lança o gerivá água adentro cerca de 10 a 15 metros de profundidade e navega adiante. Sr. Marcos atenta para o fato de que é possível perceber os camarões entrando no gerivá pelos trancos da corda que fica na mão do pescador. Quando os toques são fracos e breves, trata-se de camarão; mas se forem intensos e mais demorados é provável que algum peixe tenha se enroscado no gerivá. Ao sentir que o gerivá está pesado, o pescador recolhe a rede e retira o camarão.

Prancha 6 - Pesca do Camarão Branco.



Seu Marcos - pesca do camarão branco

Seu Marcos - pesca do camarão branco



Seu Marcos - pesca do camarão branco

Seu Marcos - pesca do camarão branco





De maneira geral o gerivá suporta de 3 a 5 quilos de camarão a cada imersão na água. No verão é possível pescar cerca de 50 kg/ dia, ao passo que no inverno esse número cai para menos de 1 kg/ dia. Nessa época do ano os pescadores acumulam os camarões em viveiros – às vezes, improvisados nas próprias embarcações – até atingirem uma quantidade satisfatória para a venda. De acordo com Nelson Celestino, quanto mais quente a água mais rápida e proveitosa tornar-se a pesca do camarão.

A maior parte do produto da pesca é vendida em Santos, na região da Bacia do Mercado e da Ponta da Praia. Alguns pescadores vendem o pescado diretamente na beira da estrada, como é o caso de Adalgido Bernardo dos Santos, que afirma obter mais lucro com a venda direta, uma vez que, pelo fato de usar barco a remo, não consegue atingir a quantidade daqueles que pescam com barco a motor.



*Figura 23 - Pescador segurando um Gerivá<sup>26</sup>*

<sup>26</sup> BRANCO, Alice; CASEIRO, Fernando. Cultura Caiçara: resgate de um povo. Oficina do Livro e Cultura: Peruíbe: 2005

## Caça do Caranguejo

Além da pesca, outra atividade marcante desenvolvida pelas famílias que residem na região do Estuário de Santos é a “pesca” ou caça do caranguejo, animal que habita as áreas de mangue dos braços de rios como o Jurubatuba, o Piaçaguera, o Diana, o Sândi, o Pedreira, e os largos de Santa Rita e do Canéu. Diferentemente dos peixes, que surgem em meses específicos, o caranguejo pode ser capturado durante o ano todo, o que garante aos pescadores ou catadores uma relativa constância de renda e alimentação. Somente nos meses de outubro a dezembro é que a pesca não é permitida, devido ao período de reprodução, destaca o Sr. José Arlindo da Silva. Os pescadores relatam que há três tipos de caranguejo na região: o caranguejo-uçá, o guaiamum e o siri-patóla, também conhecido como siri-azul.

O caranguejo-uçá também é conhecido como catanhão ou caranguejo- verdadeiro e habita as áreas de manguezais banhadas pelo oceano Atlântico, desde a Flórida, nos Estados Unidos, até o litoral sul do Brasil. A coloração de sua carapaça varia do azul-celeste ao marrom escuro. Quando jovens, a coloração das patas podem variar entre o lilás ou o roxo assumindo uma coloração ferruginosa ou marrom-escuro em idades adultas.

O guaiamum pode ser encontrado desde a Florida, nos Estados Unidos, até o litoral paulista. É conhecido como caranguejo-mulato-da-terra, fumbamba, goiamu, guaiamu ou goiamum. Ele pode ser encontrado em locais de transição ente as regiões de mangue e mata tropical, quase sempre em terreno arenoso. Com cerca de 10 cm de tamanho, essa espécie de caranguejo possui carapaça azul e quelas (popularmente conhecidas como “patas”) desiguais, uma grande e outra menor que facilita levar os alimentos à boca, com exceção das fêmeas, que geralmente trazem quelas de tamanhos iguais.

Já o siri-patóla, catanhão-tesoura, chora-maré, ciecié, chama-maré, tesoura, vem-cá, xié vivem em manguezais e na zona entre marés, de praias arenosas protegidas, de baías e de estuários.] Com cerca de 3 cm de comprimento e machos com uma das pinças bem maior que a outra tem a carapaça de coloração marrom e as pinças azuladas.

Prancha 7 - Caça do caranguejo



Cavador para a caça do caranguejo

Embarcação da Ilha Diana



Pulsar para pesca do caranguejo

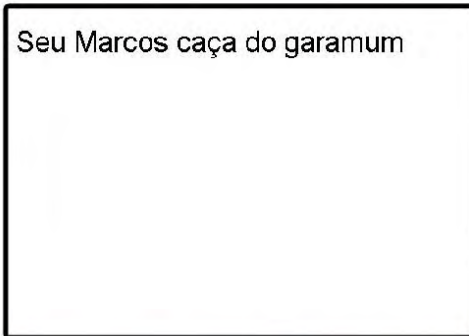
Seu Marcos armadilha para  
garamum



Prancha 8 - Caça do caranguejo



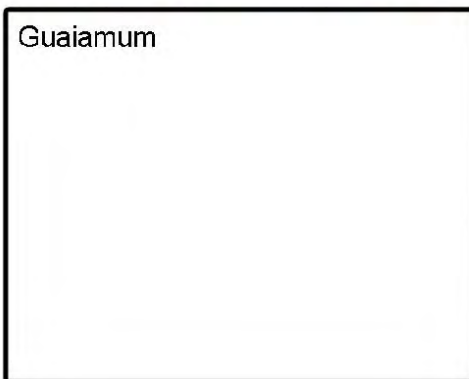
Pescador no Largo de Santa Rita



Seu Marcos caça do garamum



Seu Marcos caça do guaiamum

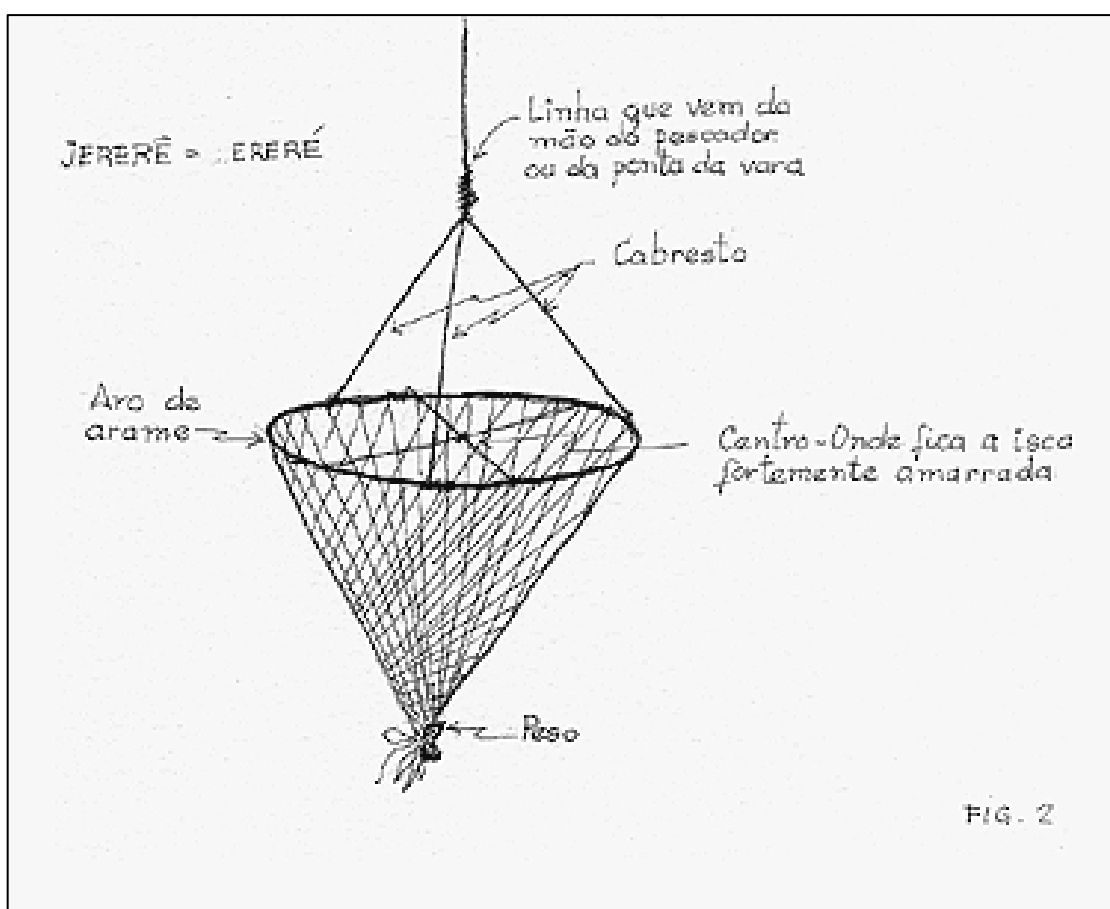


Guaiamum



Formas de Caçar

O Siri-Patóla é capturado quando a maré está baixa, pois ele sai da água e fica no seco. Utiliza-se também, o puçá que consiste num círculo feito de arame, forrado por uma rede e preso a uma corda, e que é submerso pelo pescador na beira do rio, nas áreas próximas aos mangues. Quando sente que os animais se enroscaram na rede do puçá, o pescador o retira da água. O puçá também pode apresentar uma haste de madeira para facilitar seu manejo na água de dentro do barco.



*Figura 24 – Croqui do Puçá.*

O Gaiamum só é aprisionado fora da água com uma armadilha, uma espécie de arapuca, que tem como isca limão, banana, ou outros alimentos. Ele também pode ser capturado com as mãos conforme explica Marcos dos Santos Batista. A captura é feita de modo similar a dos demais caranguejos. O que muda é o tamanho dos buracos (maiores) e tempo de espera para poder destapar o buraco (maior). Além disso, de acordo com Seu Marcos, a oferta do guaiamu é maior no verão. No inverno, pelo fato de mudarem de

carapaça, o guaiamu se esconde mais. Depois de capturado ele tem as patas amarradas pelo catador, que utiliza um tipo de cipó, chamado de imbirá. As patas são amarradas para que o guaiamu não fuja e não sofra ferimentos durante seu transporte. Nem sempre o guaiamu é vendido ou consumido logo após a captura. Segundo Seu Marcos, um guaiamu pode viver cerca de um ano fora de seu habitat natural, caso seja alimentado à base de frutas e verduras.

Já o Caranguejo-Uçá é pego no meio do mangue. Entre pescadores e catadores de caranguejo da região, a forma considerada mais tradicional é a da caça ao animal com as próprias mãos. Uma vez identificada a toca do crustáceo – processo que é feito a partir da observação do buraco de entrada e saída do animal e da quantidade de solo arenoso que circunda o local –, o catador utiliza um cavador de base de madeira e com ponta de ferro (também chamado de foice) para cavar em busca da presa. Ao escutar um barulho produzido pelo choque do cavador e do casco do caranguejo, o catador tem duas opções: se o buraco for pequeno, ele pode enfiar o braço adentro e pegar o animal com a mão. Mas se o buraco for grande – o que, via de regra, significa que o caranguejo é maior –, o catador precisa tapar o buraco com o solo arenoso do mangue ou folhas com o objetivo de asfixiar o animal. Após um tempo, o catador retorna ao local, destampa o buraco e aprisiona o caranguejo, o qual geralmente está tentando sair do local em busca de ar. O Sr. Francisco B. da Silva destaca que é necessário colocar todo braço dentro do mangue e “amaçar a lama” para engrossá-la. Isso deixa o caranguejo sem ar e no momento em que saem para respirar ele é capturado.

Não são poucas vezes em que os catadores são surpreendidos pelos caranguejos com uma mordida. Adalgido Bernardo dos Santos, pescador e catador de caranguejo que reside nas proximidades de Monte Cabirão, afirma que existe uma técnica para fazer com que o caranguejo solte a mão do aprisionador. Imediatamente após a mordida, o catador deve prender a respiração e ficar parado, de modo que o caranguejo não se sinta estimulado pela movimentação do corpo humano.

Há aqueles que se valem de armadilhas para capturar os caranguejos. As armadilhas são feitas ligando-se duas varetas ou galhos em um emaranhado de fios de nylon. As varetas são fincadas no chão, na saída da toca do caranguejo, que se enrosca nos fios quando dela sai. Para Marcos dos Santos Batista, esse tipo de captura, além de ilegal, é inadequada, já que muitos catadores dispõem as armadilhas e voltam somente dias depois, quando parte dos caranguejos já morreu.

Para o Sr. Francisco, pescador de Monte Cabrao, esta prática vai acabar com os caranguejos da região. Segundo ele, as armadilhas prendem fêmeas e como muitos pescadores não recolhem todas as armadilhas que colocaram, muitas fêmeas acabam

morrendo. Ele faz questão de ressaltar que só utiliza as armadilhas em ultimo caso e que em hipótese nenhuma ele pesca caranguejos fêmeas, já que elas são facilmente distinguidas dos machos. Segundo ele, a fêmea do caranguejo tem a parte de baixo mais larga que o macho, como mostra a figura abaixo.



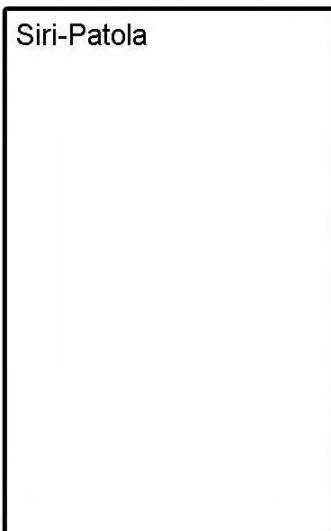
*Figura 25 - Caranguejo fêmea (direita) e caranguejo macho (da esquerda).*

O Sr. Francisco, morador de Monte Cabrão a mais de 27 anos, destaca que os pescadores que utilizam as armadilhas, chamadas de redinhas, não residem na comunidade. Lá, encontramos muitas pessoas confeccionando essas armadilhas. Como já exposto, eles ficam uma certa temporada em Monte Cabrão e depois retornam para suas cidades. Tal situação provoca problemas de âmbito ambiental e social. Primeiro que não seleção das presas, “capturando fêmeas ovadas e ‘caranguejos de leite’ (quando realizam a muda), pois, quando o catador usa o braço ou o tampão, não retira da lama essas formas de caranguejo, enquanto a redinha não seleciona as presas”. Segundo, “na poluição provocada pelas redinhas não recolhidas, visto que os catadores chegam a espalhar por dia mais de 100 e, nem sempre, têm tempo de voltar a todas elas, e os caranguejos presos na armadilha acabam devorados pelos predadores naturais, lontras, guaxinins e gaviões, e os emaranhados de fios ficam no ambiente por muito tempo”.

Prancha 9 - Caça do Caranguejo.



Caranguejo Uçá



Siri-Patola



Guaiamum



Para Edison Barbieri e Jocemar Tomasino Mendonça, do Núcleo de Pesquisa e Desenvolvimento do Litoral Sul em Cananéia-SP, o problema de ordem social decorre da “entrada de catadores de outras regiões, que cria rivalidade entre os catadores (locais e de fora) e desequilíbrio na captura do recurso, visto que os catadores que vêm geralmente de outras regiões percorrem longas distâncias para explorar o recurso e, necessitando obter boa produção, infringem a legislação, utilizando a redinha e outros aparatos. rivalidade entre os pescadores locais e os de outras regiões. Devido a esta rivalidade, à dificuldade de competir com os catadores que vêm de fora e à praticidade do método da redinha, atualmente os catadores tradicionais estão trocando o tamponamento e a braçada pela redinha, ocorrendo assim um desequilíbrio generalizado na produção do caranguejo”.

Há, também, outra forma tradicional de pesca do caranguejo, mas hoje menos utilizada pelos pescadores da região: é aquela que utiliza o “espinhel- de- iscas”, aparelho constituído por um cabo de polietileno com aproximadamente 4,0 mm de diâmetro e comprimento que varia de 100 a 300m. Ao cabo são dispostas – a cada 1,5 m – chumbadas com acerca de 30 g, atando-se ao lado delas iscas de víscera de bovino (“bofe”) ou mesmo pedaços de peixe. A víscera de bovino é preferível por ser mais durável e deter maior poder de atração dos crustáceos. Há pescadores que, antes de fixar esse tipo de isca no espinhel, colocam-na em uma salmoura e depois a lavam em água doce, técnica que oferece maior durabilidade

De acordo com Adail Rangel Fontes, que costuma pescar caranguejo no Largo de Santa Rita, no Rio Jurubatuba e no Canal de Bertiooga, em dias de “maré boa” é possível pegar de 12 a 15 dúzias de caranguejo, números que caem para 8 a 10 dúzias quando a maré não está propícia, principalmente quando a maré não sobe deixando o mangue muito seco. Opta-se, preferencialmente, por pescar o caranguejo pela manhã, devido à temperatura mais amena desse período, o que permite maior sobrevivência aos animais após a captura. Segundo José Arlindo da Silva, que costuma pescar pela região de Monte Cabrão, em 6 horas de trabalho é possível pescar 240 caranguejos. Ele leva 3 horas para colocar as armadilhas e mais 3 para retirá-las. Depois de pescado, os caranguejos são amarrados um a um e reunidos em seis. Em Monte Cabrão, os pescadores separam alguns animais para consumo próprio e o restante entregam para uma pessoa que o revende nos mercados da região. Sr Francisco B. dos Santos ressalta que caranguejo-uçá pode viver até um mês fora de seu habitat natural, se deixado na sombra.

Para Francisco B. da Silva, a melhor hora para se pescar o caranguejo é quando a maré está baixa e durante as luas quarto crescente e quarto minguante. O Sr. Francisco sai para pescar de manhã por volta das sete horas da manhã e volta por volta das cinco horas da tarde. Mas ressalta que a pesca depende da natureza. Se a maré não baixar ou se começar a chover muito não dá para pescar caranguejo. De acordo com o catador de caranguejo Francisco Lino do Nascimento, a incidência de buracos propícios para a captura do crustáceo varia de mangue para mangue e da época do ano. No inverno os caranguejos costumam sair menos de suas tocas, o que dificulta seu aprisionamento.

Francisco B da Silva, pescador de Monte Cabrão, nascido na Paraíba, destaca que o mangue da região do litoral santista é diferente do da Paraíba. Segundo suas próprias palavras, “o mangue daqui é mangue diferente de lá... de lá tem mais raiz, mais sapateiro né... aqui não, aqui é mais mangue morto, mangue manso... lá não, lá é mais mangue raiz (...) aqui é mais duro para trabalha... lá não, lá é mais lama”. Ele ressalta que existem vários tipos de mangue, como o mangue botão, mangue manso, o mangue canoé e o mangue sapateiro. O mangue botão é mais seco; o mangue manso e o canoé é mais para dentro do mangue. Segundo ele, você encontra mais caranguejo no mangue sapateiro.

## A Edificação Caiçara

A área das edificações está na parte costeira das ilhas e margens dos rios que desembocam no canal, e a arquitetura vernácula – nelas representada – possui características marcantes considerando o meio geomorfológico onde se insere. Em termos conceituais a arquitetura vernacular é um tipo de construção em que se empregam materiais e recursos do próprio ambiente em que a edificação se insere tendo, portanto, características físicas tipicamente regional, evidenciando a maneira local de se edificar em determinadas regiões. Deste modo pode-se dizer que essa modalidade da arquitetura encerra em si os elementos que compõem uma cultura em seus aspectos cotidianos, “banais”<sup>27</sup>(ROCHE, 2000; LEMOS, 1999). Portanto, embora aos olhares treinados para buscar opulência, luxo, suntuosidade edificada, a arquitetura vernacular pareça “simples”, “rústica” e desprovida de momentos significativos da história arquitetônica enquanto “arte”, em verdade é nessas edificações que reside o conjunto de elementos de resistência de uma cultura em sua dimensão edificada. Enquanto templos, edifícios oficiais, quartéis e outras formas de manifestação edificada associada ao aparato bélico, representam momentos muito pontuais na vida de uma cultura, as casas comuns trazem os nexos, os sentidos sociais, as formas de organização, a base econômica de cada grupo residente, as mentalidades, tabus, em suma, aquilo que podemos considerar como a “carne” que compõe uma forma de existir no mundo, uma cultura.

Via de regra as edificações observadas em terrenos alagadiços – como os da área em questão – tendem à morfologia das palafitas, construções típicas das culturas “aquáticas”, de habitantes de margens de rios, lagos, mares e oceanos. Atualmente observa-se um abandono gradativo da referida arquitetura vernácula e um aumento das edificações em alvenaria, imóveis térreos edificadas com materiais comerciais industrializados em moldes bastante distantes das matrizes culturais regionais.

<sup>27</sup> Cf.: LEMOS, C. Casa paulista: história das moradias anteriores ao ecletismo trazido pelo café, São Paulo: Edusp, 1999; ROCHE, Daniel. História das coisas banais: nascimento do consumo séc. XVII-XIX, Rio de Janeiro: Rocco, 2000.

As edificações isoladas são caracterizadas quase que na totalidade de seus exemplares por casebres improvisados com repartições em alvenaria, coberturas fechadas com plástico e vedações em placas de madeira sem nenhum tipo de impermeabilização, ou seja, edificações precárias em seus aspectos de conforto térmico, contra as intempéries climáticas, bem como a quase total ausência de preocupações estéticas, as quais revelam muitas das vezes o sentido dos nexos estabelecidos entre as populações e seus lugares de viver.

A questão é: Porque isso ocorre? Qual o motivo do abandono da técnica construtiva tradicional e adaptada historicamente aos desafios ecológicos regionalmente estabelecidos?

No caso das comunidades de pescadores da Baía de Santos, o abandono das palafitas em favor da arquitetura de alvenaria, continuamente precária, é mais evidente. Esses imóveis se destacam como elementos estranhos, destoando completamente do contexto paisagístico e ecológico da área costeira e, obviamente, carreando problemas diversos.

A palafita construída com madeira, em geral, tem a função de elevar a edificação isolando o piso da casa da umidade do solo, promovendo condições ideais de conforto, mormente evitando problemas de degradação dos materiais. As edificações térreas, por sua vez, não apenas têm contato direto com o terreno úmido, como, por capilaridade, absorve essa umidade nos materiais empregados nas construções (concreto), confluindo em sua degradação física, no desenvolvimento de mofo e bolores no barrado das paredes – geralmente impermeabilizadas pelos rebocos a base de cimento e tintas PVA ou acrílica –, resultando, finalmente, na precarização das condições de saúde dos moradores. Locadas no mesmo nível do terreno, durante uma maré alta ou na ressaca, as águas podem, por fim, invadir facilmente o imóvel provocando prejuízos materiais.

Em suma, a aparente “modernidade” e o rompimento com procedimentos culturais estabelecidos há séculos resulta num processo inverso ao pretendido, trazendo mais ônus do que bônus aos moradores, ainda que, no imaginário difundido, isso implique num rompimento simbólico com uma origem tida como “rústica” e indesejada. Vale ressaltar que, em tempos ressescentes, tanto na UNESCO quanto em projetos em regiões que mesclam culturas de feição tradicional e baixos índices de desenvolvimento humano (IDH), como em muitos países africanos e no Sudeste asiático, vêm-se apontando que a manutenção das técnicas tradicionais de construção, sobretudo de habitação, adicionados pequenos reparos técnicos, adequações, se mostram mais eficazes no combate à pobreza do que a urbanização descontrolada, com o inchaço das periferias das grandes cidades<sup>28</sup>.

Os imóveis em alvenaria, aos poucos, ganham espaço no contexto paisagístico das áreas costeiras em detrimento da tradicional palafita de madeira, gradativamente deturpando as características culturais da área, sem que isso resulte numa verificável melhoria das condições de vida.

<sup>28</sup> HAMAN, M. "Earthen architecture against impoverishment", in: World Heritage Review, 48, jan, Paris: UNESCO, 2008. Pp. 42-48.

Prancha 10 - Exemplos das estruturas e edificações caiçara.



Fogão a Lenha, Ilha Bagres.

Estruturas vinculadas e edificações e conjuntos rurais, como o galinheiro.



Rede feita de cordas para descanso

Rede feita de cordas para descanso



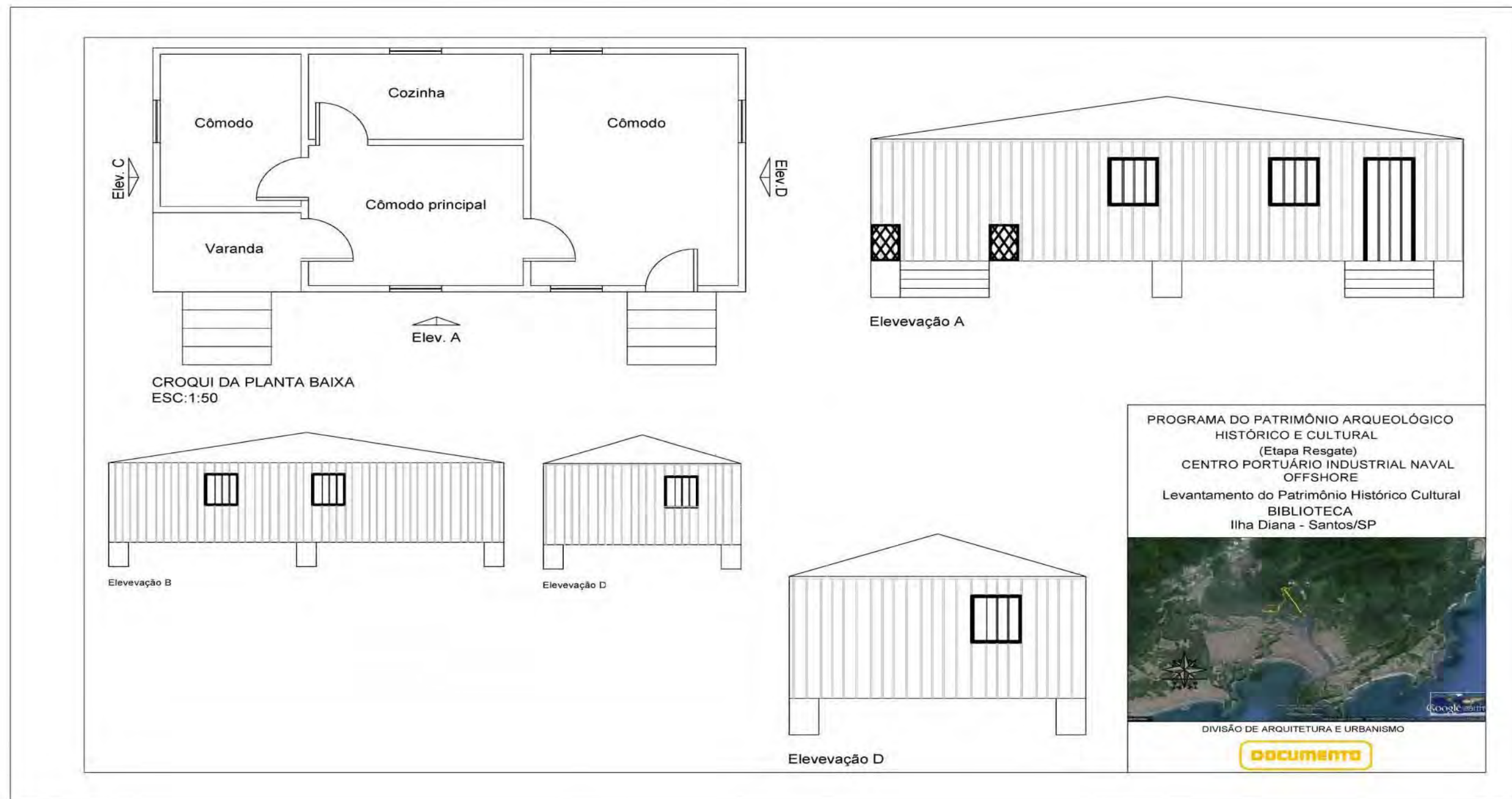


Figura 26 – Planta - Arquitetura da Brinquedoteca.

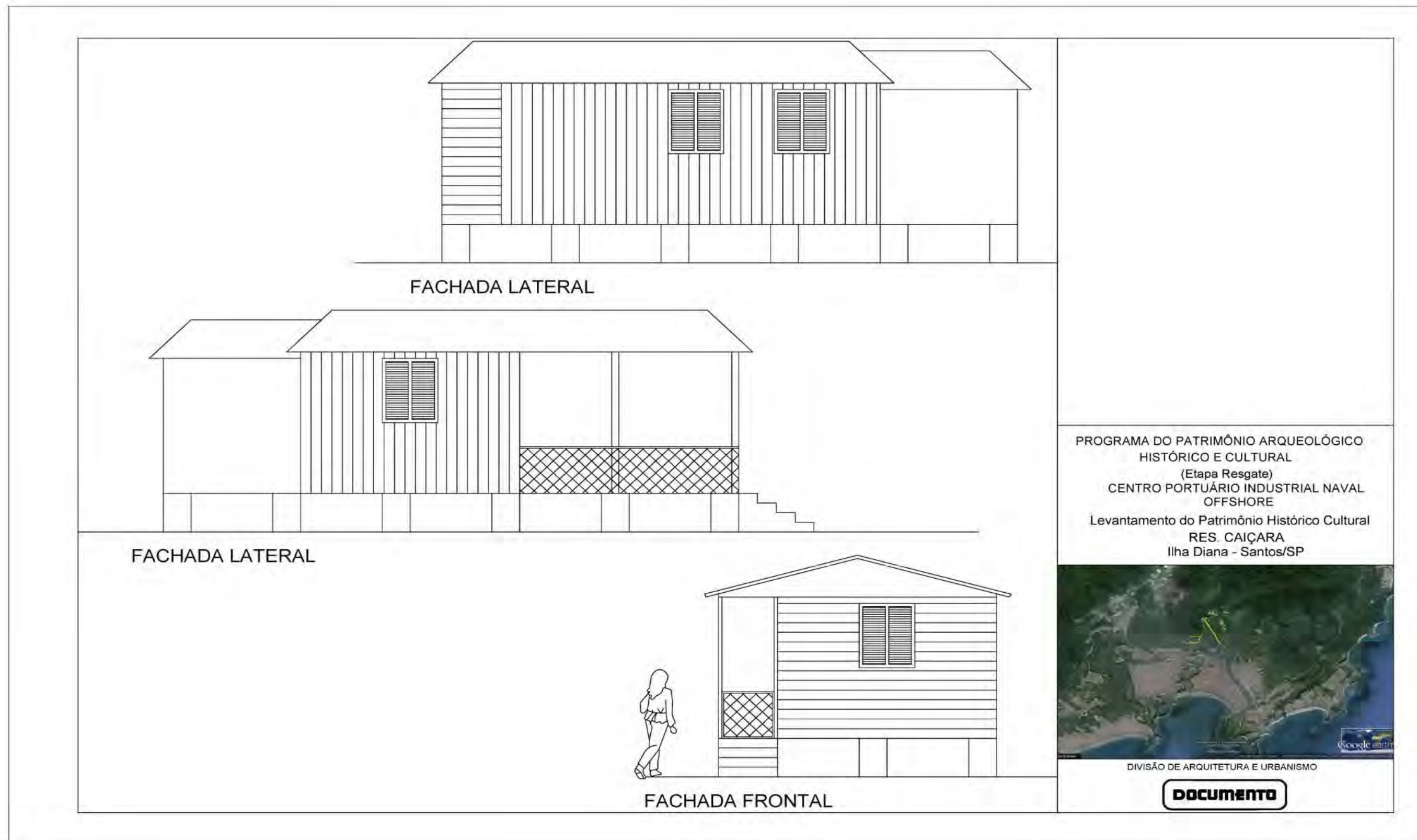


Figura 27 – Planta - Residência caiçara Ilha Diana.



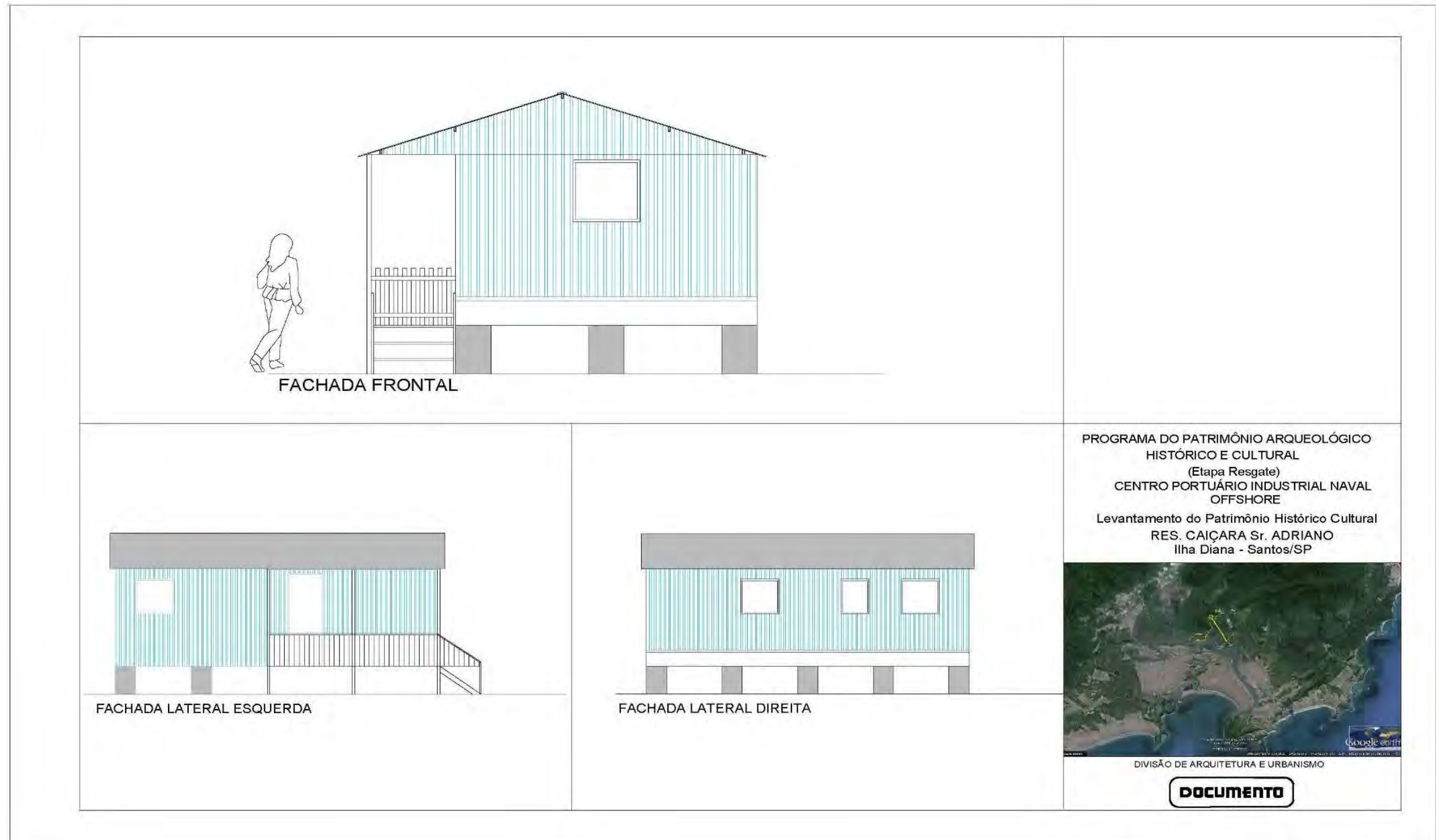


Figura 28 – Planta - Residência caiçara de Adriano.

O abandono da palafita enfraquece o meio ambiente cultural do caiçara que aos poucos pode ganhar uma face amorfa e sem identidade, semelhante aos bairros de urbanização recente ou mesmo favelas. As características da comunidade, manifestas em sua arquitetura vernácula, vão se esvaindo, igualando aos imóveis encontrados no contexto urbano. É notório que por uma série de fatores econômicos e sociais a tradicional palafita vai sendo abandonada, no entanto é importante ressaltar sua importância como elemento que caracteriza as comunidades locais existentes, estando implícita sua cultura e o saber fazer popular.

Por fim, nas proximidades de Ilha Diana foi verificado um casarão com porão alto construído com alvenaria de pedra e cal. Embora esteja bastante descaracterizado, evidenciando uma série de interpolações, o imóvel aparenta ser remanescente de alguma antiga fazenda, a qual perdurou até início do século XX. No entanto, a técnica construtiva observada indica dizer que a construção original é, no mínimo, de fins do século XIX.

Distante da área de concentração dos bens edificados – protegidos legalmente ou não – de Santos e Guarujá (como o centro dito “histórico” de Santos), o elemento significativo no universo do patrimônio edificado na Área de Influência Direta do projeto é a confluência entre exemplares e saberes tradicionais representados pelo conjunto de palafitas indicada acima. Popular moradia do pescador nessa região insular, atualmente desaparece juntamente com a pesca artesanal e tantos outros elementos componentes da cultura caiçara. Mais do que apenas “exemplares” a serem estudados, preservados, promovidos por ações no campo do patrimônio cultural, o que se verifica é a necessidade de se resguardar os elementos fundantes da cultura caiçara, cada vez mais restrita, não impedindo sua óbvia, inerente e irreversível marcha de transformação cultural (característica de toda e qualquer cultura), mas garantindo que essa transformação não promova a desagregação, o esgarçamento das relações sociais, o abandono desnecessário e inútil de práticas e técnicas que com ligeiras adequações permanecem sendo extremamente viáveis, salutares, eficientes, como no caso das palafitas.

No mais, o patrimônio cultural não pode ser visto ou entendido como um processo exterior à própria comunidade que porta ou no qual se insere este patrimônio, bem como não pode ser tomada como um “obstáculo” ao desenvolvimento econômico, pelo contrário, as ações no campo da preservação do patrimônio devem ser geradas em cooperação com as comunidades portadoras ou “guardiães” dos bens culturais, e das culturas em si, e objetivando a síntese entre preservação, desenvolvimento econômico e desenvolvimento humano local, sem o que qualquer outra ação se faz inútil, efêmera e insustentável. Sendo o foco de nosso trabalho as questões construtivas e dado o quadro em que se verifica, é

importante ressaltar a importância da construção da palafita não somente pelo objeto - a moradia em si -, mas a importância como técnica construtiva e elemento integrante da paisagem cultural local.

As poucas palafitas restantes, observadas na área, estão concentradas em maior número na comunidade de Ilha Diana e dois exemplares significativos em Monte Cabrão, sendo talvez os exemplares mais antigos registrados. Ressalta-se, portanto, a importância de preservar tais exemplares.

#### **1.4 BANANEIROS DE ESTRADA**

Por quase toda a região da baixada santista podemos encontrar sítios e fazendas que produziam e ainda produzem diversos tipos de bananas. Como o caso da Fazenda Brites e dos sítios ao seu redor e da Ilha de Bagres onde, como vimos, segundo o relato do Sr Osvaldo Alves dos Santos, produzia-se bananas do tipo catarinense, branca, pão, maçã, ouro, vinagre e nanicão. A Sra Jaquelina Eugênia de Jong, também relata a existência de fazendas produtoras de banana ao longo do rio Jurubatuba. Segundo ela, a banana mais comum na região era a banana chamada nanicão. Ela nos conta que as bananas produzidas nessas fazendas eram transportadas por barcos denominados “chatões” que eram puxados por barcos com motor de centro pelo rio Jurubatuba. Parte da produção era escoada pela rodovia e outra pelo porto. Segundo ela, era comum ver caminhões frigoríficos pararem nas margens da rodovia, próxima à sua casa, para pegarem as bananas que eram trazidas pelos chatões.

Podemos pensar que devido à grande produção de bananas na região, ao longo dos tempos, podemos encontrar muitos vendedores de banana ao longo das estradas que cortam Santos e Guarujá. Ao longo da rodovia Cônego Domênico Rangoni, também conhecida como Piaçaguera-Guarujá ou Rio Santos, principalmente nas proximidades de Monte Cabrão e do Guarujá encontramos muitas pessoas que trabalham na venda de bananas. Conversamos com duas vendedoras que estão a pelo menos dez anos nesta atividade. A Sra Elizabete Lima de Aragão, de 44 anos que nasceu em Jequié, na Bahia, e a sra Maria Adelaide Barbosa, de 65 anos, nascida em Tauá, no Ceará.

As vendedoras de banana não são donas de suas “barracas”. Segundo a Sra Maria Adelaide Barbosa, as barracas que existem ao longo da estrada pertencem a

aproximadamente 10 donos. Ela ressalta que uma única pessoa pode ter várias barracas e em cada uma delas existe um(a) vendedor(a). Tanto a Sra. Maria Adelaide quanto a Sra. Elizabeth trabalham para um mesmo produtor de Peruíbe que abastece as barracas diariamente. Elas costumam vender bananas dos tipos ouro, prata, São Tomé, moça e pão. Segundo a Sra. Maria, ela recebe cerca de R\$35,00 por dia para vender as bananas. A esse valor, é acrescido os lucros que obtêm com a venda de garrafas de água e refrigerante para os motoristas que passam pela estrada. Segundo elas, alguns desses donos são de Monte Cabrão e de Morrinhos.

O número de vendedores de barracas varia conforme o período do ano. No verão, devido ao grande movimento de carros pelas estradas do litoral santista, esse número é maior. A Sra. Maria Adelaide Barbosa destaca que no verão chega a ter, aproximadamente, 50 pessoas trabalhando na venda de bananas. Na baixa temporada, esse número cai para mais da metade, segundo ela.

Devido ao grande número de vendedores, formou-se uma associação de vendedores de bananas que tem sede em Monte Cabrão cujo presidente, chamado Carlos, reside na comunidade. Segundo a Sra Elizabeth Lima de Aragão a associação faz reuniões com os vendedores buscando orientar e discutir melhores condições de trabalho na venda da banana entre outras questões.

Prancha 11 – Bananeiros de Estrada.



Entrevista com a Sra. Elizabete Lima de Aragão, vendedora de bananas.

Barraca para venda da banana na beira da Rio Santos, na localidade de Monte Cabrão.



Bananas a venda na beira da estrada na região de Monte Cabrão.

## 1.5 AS ESTRUTURAS CONSTRUTIVAS

A Barraca mencionada e ilustrada acima é uma estrutura simples, composta por duas partes: galhos ou bambu retirados da vegetação local que servem como uma estrutura esqueleto cobertos por um toldo de plástico que protege os vendedores(as) do sol.

Esta estrutura se define por uma estrutura em forma de malha posta na vertical que é apoiada em um caibro de madeira na diagonal. Sobre este caibro que tem forma de uma água de telhado, é colocada a lona.

A partir do momento que esta estrutura está fixa ela pode receber as bananas que são dependuradas com ganchos na malha vertical. Para mais detalhes segue desenho técnico.

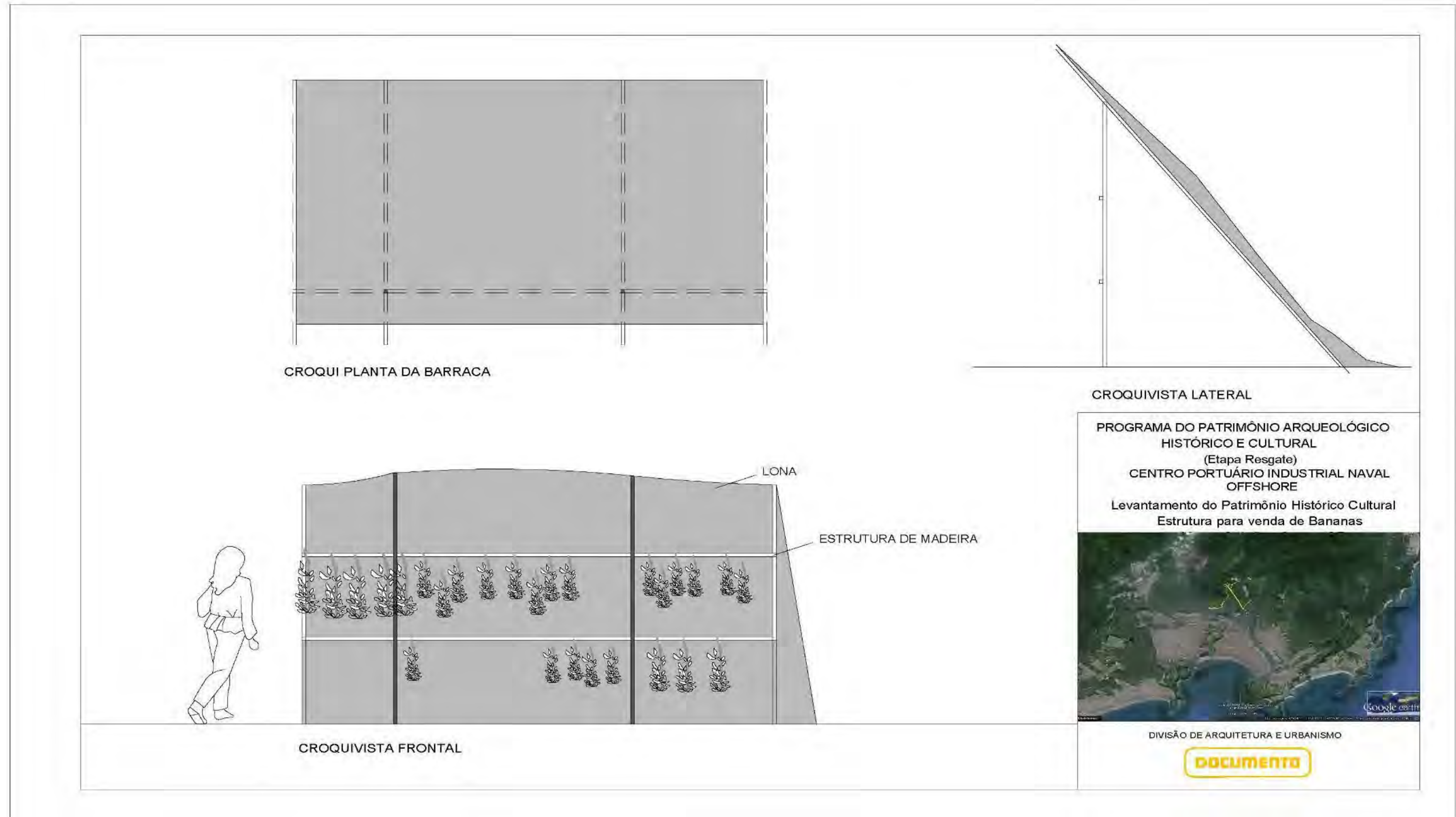


Figura 29 – Planta - Arquitetura de Edifício Bananeiras.

## 2. BIBLIOGRAFIA

- Ascher, Robert  
1961 Analogy in archaeological interpretation. *Southwestern Journal of Anthropology* 17: 317-25
- Barbosa, G.C (org.).  
2004 Santos e seus Arrabaldes - Álbum de Militão Augusto de Azevedo. São Paulo: Magma Editora Cultural,
- Bahn, Paul (ed.)  
1996 *The Cambridge Illustrated History of Archaeology*. Cambridge University Press, Cambridge
- Bennett, John W.  
1943 Recent developments in the functional interpretation of Archaeological Data. *American Antiquity* vol.9, n.2 :208-219
- Binford, Lewis R.  
1962 Archaeology as Anthropology. *American Antiquity* vol.28, n.2, :217-225  
1963 Smudge pits and hide smoking: the use of analogy in archaeological reasoning. *American antiquity* 32: 1-12  
1964 Methodological considerations in the use of ethnographic data. In R.B.Lee & I.DeVore (eds.) *Man the hunter*, :268-73, Chicago: Aldine Publishing Company  
1965 Mortuary practices: their study and potential. In J.A.Brown (ed.) *Approaches to the Social Dimensions and mortuary practices*, SAA, Memoir 25, :58-67, Washington, D.C.  
1967 Smudge Pits and Hide-Smoking: The Use of Analogy in Archaeological Reasoning. *American Antiquity* 32:1-12.  
1971 *Mortuary practices: their study and their potential*. Washington: Society for American Archaeology, 1971, pp:6-29.
- Binford, S.R. & Binford L.R. (eds.)  
1968 *New Perspectives in Archaeology*, Aldine, Chicago
- Bollaert, William  
1860 *Antiquarian, Ethnological, and other researches in New Granada, Equador, Peru, and Chile*. D. Lane, Londres
- Brown, James A. (ed.)  
1971 *Approaches to the social dimensions of mortuary practices*. SAA, Memoir 25, Washington D.C.
- Campbell; Donald T.  
1988 *Methodology and epistemology for social science: selected papers*. Chicago, University of Chicago Press Ed. Samuel Overman
- Catherwood, Frederick  
1844 *View of Ancient Monuments in Central America, Chiapas, and Yucatán*. Vizetally, Londres



- Chang, Kwang-Chi  
1967 Major aspects of the interrelationship of archaeology and ethnology. *Current Anthropology* 8() :227-34
- Charlton, Thomas H.  
1981 Archaeology, ethnohistory and ethnology: interpretive interfaces. *Advances in Archaeological Method and Theory* 4:129-76
- Childe, V. Gordon  
1936 *Man Makes Himself*. Watts, Londres
- Claassen, Cheryl (ed.)  
1992 *Exploring gender through archaeology*. Monographs in World Archaeology, n.11, Prehistory Press, Madison
- Clark, Grahame D.  
1936 *Archaeology and Society*. Methuem, Londres  
1953 The economic approach to Prehistory. *Proceedings of the British Academy* vol. 39, :215-238
- Clarke, David  
1968 *Analytical Archaeology*. Methuem, Londres 1972  
*Models in Archaeology*. Methuem, Londres 1977  
*Spatial Archaeology*. Academic Press, Londres
- Conkey, Margaret W. & Spector, Janet  
1984 Archaeology and the study of gender. In M.B.Schiffer (ed.) *Advances in Archaeological Method and Theory*, vol. 7, :1-38, Academic Press, New York
- CONDEPHAAT. *Patrimônio cultural paulista: Condephaat, bens tombados, 1968- 1998*. São Paulo: Imprensa Oficial, 1998.
- CONDEPHAAT. *Guichês e processos (1968-2001)*. São Paulo: Condephaat, 2001. Arquivo digital.
- Crist, Thomas A. J.  
2002 Empowerment, Ecology and Evidence: The Relevance of Mortuary Archaeology to the Public. In Little, B.J (org.) *Public Benefits of Archaeology*. Florida: University Press of Florida, pp:101-117.
- Deetz, James J.F.  
1968 Cultural patterning of behaviour as reflected by archaeological material.  
In: Chang, K.C. (ed) *Settlement Archaeology*. Palo Alto, CA, National Press, pp: 31-42.
- De Vries, B.  
2003 *In search of sustainability: what can we learn from the past?* Paper for the International Symposium on World System History and Global Environment Change, Utrecht, Lund University
- Dunnell, Robert C.  
1986 Five decades of American Archaeology. D.J.Meltzer, D.D.Fowler, J.A.Sabloff (eds.) *American Archaeology, Past and Future*. Smithsonian Institution Press, Washington & London

- Fabian; Johannes  
1983 *Time and the other: how anthropology makes its object*. New York: Columbia University Press.
- Fagan, Brian  
2002 Epilogue. In: Little, B.J. (org) *Public Benefits of Archaeology*. Florida: University Press of Florida, pp:253-260.
- Faulkner, N.  
2000 Archaeology from below. *Public Archaeology* I: 21-33
- Flannery, Kent V.  
1967 Culture History vs. Cultural Process: a debate in american Archaeology. *Scientific American*, vol. 217, :119-122  
1968 a Archaeological Systems theory and Early Mesoamerica. B.J.Meggers (ed.), *Anthropological Archaeology in the Americas*, :67-87, Washington D.C.  
1972 a The cultural evolution of Civilizations. *Annual Review of ecology and systematics*. Vol.3, :399-426, Palo Alto  
1972 b Summary Comments: evolutionary trends in social exchange and interaction. In E.N.Wilmsen (ed.) *Social exchange and interaction*, :129-136, Univ. of Michigan, Museum of Anthropology, Anthropological Papers n.46, Ann Arbor  
1976 *The early Mesoamerican village* Academic Press, New York
- Funari, Pedro Paulo A.  
1995 Mixed features of archaeological theory in Brazil. In P. Ucko (ed.) *Theory in Archaeology, a world perspective*: 236-250, London, Routledge.  
1998 A importancia da teoria arqueológica internacional para a Arqueologia sul-americana: o caso brasileiro. In P. P.A. Funari (ed.) *Teoria Arqueológica na América do Sul*, :13-32, IFCH, Campinas  
2004 Western influences in the archaeological thought in Brazil. In G. Politis & R. Peretti (eds.) *Teoria arqueologica en America del Sur* : 235-244, Serie Teorica n. 3, INCUAPA, Olavarria.
- Funari, P.P.A.; Hall, M.; Jones, S.  
1999 *Historical Archaeology: back from the edge*. Londres, Rouledge.
- Funari, P.P.A. & Robrahn-González, E.M.  
2005 Ethics, capitalism, and public archaeology in Brazil.
- Gerodetti, J.E.; Cornejo, C.  
2003 Lembranças de São Paulo: o litoral paulista nos cartões-postais. Solaris Editorial.
- Gosden, C.  
2000 Postcolonial Archaeology. In *Archaeological Theory Today* (ed. I. Hodder), :241-261, Polity Press, Cambridge
- Gosden, Chris  
2001 Postcolonial Archaeology: Issues of Culture, Identity, and Knowledge. In: Hodder (ed.) *Archeological Theory Today*, :241-261, Cambridge, Polity Press
- Gould, Richard  
1974 Some current problems in ethnoarchaeology. In C.B.Donnan & C.W.Clewlow (eds.) *Ethnoarchaeology* :29-48, Inst. of Archaeology Monograph, 4. Los angeles: Univ. of California.

- 1980 *Living archaeology*. New York: Cambridge Univ. Press
- 1990 *Recovering the Past*. Univ. of New Mexico
- Gould, R.A. & Watson, Patty Jo
- 1982 A dialogue on the meaning and use of analogy in ethnoarchaeological reasoning. *Journal of Anthropological Archaeology* 1: 355-81
- Helm, June
- 1962 The ecological approach to Anthropology. *American Journal of Anthropology*, vol. 67, n.6, :630-639
- Hempel, C.G.
- 1966 *Philosophy of Natural History*. Prentice-Hall, Englewood Cliffs, N.J.
- Hodder, Ian
- 1978 Social organization and human interaction: the development of some tentative hypothesis in terms of material culture. In I.Hodder (ed.) *The spatial organization of culture*. Duckworth, Londres
- 1982 *Symbols in action: ethnoarchaeological studies of material culture*. New York: Cambridge Univ. Press
- 1985 Postprocessual Archaeology. In M. Schiffer (ed.) *Advances in Archaeological Method and theory* vol.8 :1-26, Academic Press, New York
- 1987 The contribution if the Long Term. In I.Hodder (ed.) *Archaeology as Long- Term History* :1-8, Cambridge Univ. Press, Cambridge
- 1991 a Postprocessual Archaeology and the Current debate. In R.W.Preucel (ed.) *Processual and Postprocessual archaeologies: multiple ways of knowing the past*. :30-41. Center for Archaeological Investigations, Southern Illinois Univ., Occasional Paper n.10, Carbondale
- 1991 b *Reading the past: current approaches to interpretation in archaeology*. Cambridge Univ. Press, Cambridge
- 1994 *Interpretación em Arqueología. Corrientes Actuales*. Crítica, Barcelona 2001 A review of contemporary theoretical debates in Archaeology. In I. Hodder (ed.) *Archaeological Theory Today*. :1-13, Cambridge, Polity Press
- Hole, Frank & Heizer, Robert
- 1966 *An introduction to Prehistoric Archaeology*. Holt, Rinehart and Winston, New York
- IPHAN. *Cadastro nacional de bens tombados*. Site [www.iphan.gov.br](http://www.iphan.gov.br) . Krieger, A.D.
- 1944 The typological concept. *American Antiquity*, 9: 271-88
- Lipe, William D.
- 2002 Public Benefits of Archaeological Research. In: Little; B. J. *Public Benefits of Archaeology*. Florida: University Press of Florida, pp:20-28.
- Little, B.J.
- 2002 Archaeology as a Shared Vision. *Public Benefits of Archaeology* (e. B. J. Little) 1-19. Florida: University Press of Florida.
- Lowenthal, D.
- 1981 Conclusions: Dilemmas of Preservation. In: *Our Past Before Us: Why Do We Save it?* Ed. D. Lowenthal and M. Binney, 213-37, London, Temple Smith.
- 1985 *The Past is a foreign country*. Cambridge, Cambridge University Press.

- Lumbreras, L.G.  
1990 *Archaeology yesterday & today*. Cambridge University Press, Cambridge
- McGee, R.J. & Warms, R.L.  
1996 *Anthropological Theory – an introductory history*. Mayfield Publishing Company, California
- McGuire, Randall H.  
1992 *A Marxist Archaeology*. Academic Press Inc., California
- McManamon, F.P.  
1991 The Many Publics for Archaeology. *American Antiquity*, 56 (1), 121-30.  
1994 Presenting Archaeology to the Public in the USA. In: *The Presented Past, Heritage, Museums and education*. Ed. P. G. Stone and B. L. Molyneaux, 61- 81, New York, Routledge.  
1994a Changing relationships between Native Americans and Archaeologists. *Historic preservation Forum* 8 (2): 15-20.  
2000 Archaeological messages and messengers. *Public Archaeology* 1:5-20  
2002 Heritage, History and Archaeological Educators. In: *Public benefits of Archaeology*. Ed. Barbara J. Little, University Press of Florida, 31-45
- Meskell, Lynn  
2001 *Archaeologies of Identity*. In I. Hodder (ed.) *Archaeological Theory Today* :187-213, Cambridge, Polity Press
- MINISTÉRIO DA CULTURA; IPHAN.  
1994 *Bens móveis e imóveis inscritos nos livros do tomo do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. Rio de Janeiro: IPHAN, 1994. 4ª. Edição. - PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTOS. CONDEPASA.  
*Relação dos bens tombados*. Site [www.santos.sp.gov.br](http://www.santos.sp.gov.br)
- Molyneaux, B.L.  
1994 Introduction: the represented Past. In *The Presented Past: heritage, museums and education* (ed. P. G. Stone & B. L. Molyneaux, 1-13, London, Rouledge.
- Moser, S.  
2001 Archaeological Reprerstantion: the visual conventions for constructiong knowledge about the past. In *Archaeological Theory Today* (ed. I. Hodder), Polity Press, Cambridge.
- Ndoro, W. & Pwiti, G.  
2001 Heritage management in Southern Africa. *Public Archaeology* vol. 2: 21-34 Nunes, Luiz Antonio de Paula. "É o canal!". *Minha Cidade*, ano 1, vol. 1. São Paulo, Portal Vitruvius, ago. 2000, p. 001.
- Orser, C.E.  
1992 *Introdução à arqueologia histórica*. Belo Horizonte : Oficina de Livro Ozores, Felipe. "A história da Arquitetura em Santos". Portal Viva Santos.
- Patternson. Thomas C.  
1989 History and the Post-Processual Archaeology. *Man*, vol.24 :555-566

Plog, Fred T.

- 1974 *The study of Prehistoric Change* Academic Press, New York  
 1976 Measurement of Prehistoric Interaction between communities. In K.Flannery (ed.)  
*The early Mesoamerican village*, New York, Academic Press

Preucel, R.W.

- 1991 *Processual and Postprocessual archaeologist: multiple ways of knowing the past*.  
 Center for Archaeological Investigations, Occasional Paper n.10, Southern Illinois  
 Univ., Cabondale

Pyburn, K. Ann and Richard R. Wilk.

1995. Responsible Archaeology Is Applied Anthropology. In: Ethics in Archaeology: Challenges  
 for 1990s, ed. M. J. Lynott and A. Wylie, 71-76, Washington, D. C.: Society for  
 American Archaeology.

Rathje, William L.

- 1970 Socio-political implications of Lowland Maya Burials: methodology and  
 tentative hypotheses. *World Archaeology* vol1, n.3 :359-374  
 1973 Garbage Project: a new way of looking at the problems of Archaeology.  
*Archaeology* vol.27, n.4 :236-241  
 1978 Archaeological Ethnography...because sometimes it is better to give than to  
 receive. In R. Gould (ed) *Explorations in Ethnoarchaeology*, :49-75. School of  
 American Research, Advanced Seminar Series, Univ. of New Mexico Press,  
 Albuquerque

Redman, C.L.

- 1973 Research and theory in current Archaeology: an introduction. In C.L.Redman (ed.)  
*Research and theory in current archaeology* :5-26, Wiley, New York  
 1991 Distinguished lecture in Archaeology. In defense of the seventies – the adolescence  
 of New Archaeology. *American Anthropologist* vol.93, :295-307

Renfrew, C. & Bahn, P.

- 1996 *Archaeology – Theories, Methods, and Practice*. Thames and Hudson, 2.  
 Edition, Londres

Robrahn-Gonzalez, E. M.

- 2000 Reflexionen ueber den Gebrauch der historischen Analogie in Brasilien. In: A. Gramsch  
 (ed.) *Vergleichen als archaologische Methode. Analogien in den Archaeologien*, BAR  
 International Series, arbeitgemeinschaft Theorie (T- AG). Berlin,131-142  
 2001 El uso de la Analogía en la Etnoarqueología Brasileña. *Anais da II Reunião Internacional  
 de Teoría Arqueológica en América del Sur*. Argentina.  
 2004 Arqueologia e Sociedade. Tese de Livre-Docência (MAE-USP).

Rowlands, M.

- 1998 The archaeology of colonialism. In K. Kristiansen & M. Rowlands, *Social  
 Transformations in Archaeology: global and local perspectives*, 327- 33,London,  
 Routledge.

Salmon, Merrilee H.

- 1992 Postprocessual explanation in Archaeology. In L.Embree (ed.) *Meta- Archaeology*,  
 Boston Studies in the Philosophy of Science. Kluwer Academic Press, Boston

- Schiffer, M.B.  
1976 *Behavioral Archaeology*. Academic Press, New York
- Schortman, M. & Urban, P.A.  
1989 Interregional interaction in Prehistory: the need for a new perspective. *American Antiquity* 54(1) :52-65  
1992 Current trends in interaction research. In M.Schortman & P.A.Urban (eds.) *Resources, power, and interregional interaction*. Plenum Press, New York
- Schuyler, Robert L.  
1970 Historical and Historic Sites Archaeology as Anthropology: basic definitions and relationships. *Historical Archaeology* vol.4 :83-89
- Schwarcz, Lilia Moritz.  
1993 O Espetáculo das Raças: Cientistas, Instituições e Questão Racial no Brasil – 1870-1930. São Paulo, Companhia das Letras.
- Shanks, Michael & Tilley, Christopher  
1987 *Social Theory and Archaeology*. Polity Press, Cambridge  
1989 Archaeology into the 1990s. *Norwegian archaeological Review*, vol. 22:1-12 Shanks,
- Michael & Hodder, Ian  
1995 Processual, post processual and interpretive Archaeologies. Ian Hodder et alii (eds.) *Interpreting Archaeology – finding meaning in the past*. Roulledge, London and New York, :3-29
- Shiva, V  
2003 *Monoculturas da mente. Perspectivas da biodiversidade e da biotecnologia*. São Paulo, Editora Gaia.
- Smith, G. and Ehrenhard, J.  
2002 Protecting the Past to Benefit the Public. In: *Public benefits of Archaeology*. Ed. Barbara J. Little, University Press of Florida, 121-130
- Spaulding, Albert C.  
1988 Distinguished lecture: archaeology and anthropology. *American Anthropologist* vol. 90 :263-271
- Taylor. Walter W. Jr.  
1948 *A study of Archaeology*. Memoir Series of the American Anthropological Association, n.69,, Menasha, Wis.
- Trigger, Bruce G.  
1963 Settlement as na aspect of Iroquois adaptation at the time of contact. *American Anthropologist* vol.65, n.1, :86-101  
1967 Settlement Archaeology – its goals and promise. *American Antiquity* vol.32, n.1 :149-161  
1968 The determinants of settlement patterns. In K.C.Chang (ed,) *Settlement Archaeology* :53-78, Nation Press Books, Palo Alto  
1989 *A history of Archaeological Thought*. Cambridge University Press, Cambridge

- 1991 Constraint and freedom: a new synthesis for Archaeological explanation. *American Anthropologist* vol.93, :551-569
- Watson, Patty Jo  
1979 The idea of ethnoarchaeology: notes and comments. In C.Kramer (ed.) *Ethnoarchaeology: implications of ethnography for archaeology.* :277-88, New York: Columbia Univ. Press
- Watson, Patty Jo; Leblanc, S.A. & Redman, Charles L.  
1971 *Explanation in Archaeology, an explicitly Scientific Approach.* Columbia Univ. Press, New York
- Watson, Richard A.  
1991 What the New Archaeology has Accomplished. *Current Anthropology* 32(3):275-291
- White, Leslie A.  
1959 *The Evolution of Culture.* McGraw-Hill, New York
- Willey, G.  
1945 Comments on cultural and social Anthropology. In S. Tax *et alii* (eds.) *Na appraisal of Anthropology today.* :229-230, Univ. of Chicago Press, Chicago.  
1946 *Prehistoric Settlement Patterns in the New World.* Viking Fund Publications in Anthropology, n.23, New York
- Willey, G.R. & Phillips, Philip  
1955 Method and theory in American Archaeology, II: historical-developmental interpretations. *American Anthropologist* vol.57, :723-819  
1958 *Method and theory in American Anchaeology.* Univ. of Chicago Press, Chicago
- Willey, G.R. & Sabloff, J.A.  
1993 *A History of American Archaeology.* W.H. Freeman and C., New York, 3. Edition
- Wylie, A.  
1985 The reaction against analogy. *Advances in Arch. Method and Theory* 8: 63- 111  
1988 `Simple `analogy and the role of relevance assumptions: implications of Archaeological Practice. *International Studies in the Philosophy of Science* 2:134-150  
1989 The interpretive Dilemna. V.Pinsky & A.Wylie (ed.) *Critical Traditions in Contemporary Archaeology: essays in the Philosophy, History and socio- politics of Archaeology.* :18-27, Cambridge Univ. Press, Cambridge  
1991 Gender theory and the Archaeological record. In J.M.Gero & M.W.Conkey (eds.) *Engendering Archaeology, women and prehistory.* :31-56, Basil Blackwell, Londres